

**ENZO FIORELLI VASQUES**

**O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
CENÁRIOS E DESAFIOS**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unisal  
Americana – São Paulo  
2012**

**ENZO FIORELLI VASQUES**

**O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
CENÁRIOS E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Antonio Carlos Miranda.

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unisal  
Americana – São Paulo  
2012**

Vasques, Enzo Fiorelli

V462e O ensino das relações internacionais: cenários e desafios / Enzo Fiorelli Vasques. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Miranda.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. 2. Ensino superior. 3. Diplomacia 4. Campo interdisciplinar 5. Matriz curricular. I. Título.

CDD – 337

**Autor: Enzo Fiorelli Vasques**

**Título: O ensino das Relações Internacionais: cenários e desafios**

**Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em Educação**

**Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 22 de março de 2012  
pela comissão de professores:**

---

**Professor Doutor Antonio Carlos Miranda  
Unisal**

---

**Professora Doutora Renata Sieiro Fernandes  
Unisal**

---

**Professor Doutor Paulo Cesar de Souza Manduca  
Unicamp**

**Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unisal  
Americana – São Paulo  
2012**

*“Mestre não é quem sempre ensina,  
mas quem de repente aprende”.*

*João Guimarães Rosa*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida e seu infinito amor.

Ao Professor Doutor Antonio Carlos Miranda, por apontar caminhos e sempre me orientar na jornada.

Ao Professor Doutor Renato Kraide Soffner e à equipe de professores da Unisal, pelo costumeiro apoio oferecido.

Aos amigos professores da Universidade Paulista, que, no ato de ensinar, reestruturam sua própria função.

À minha querida esposa Cândida, que, com seu amor, paciência e determinação, me fez trilhar este trabalho de maneira tranquila e feliz.

Aos meus pais Elzio e Mariza, pois foi o respeito e o amor deles que sem dúvida possibilitaram o que sou e o meu pensar. Cada vez mais tenho a dimensão da sorte que tive ao ser agraciado como seu filho.

Aos meus irmãos Edson, Elcio e Edna. Obrigado por compartilhar a doce infância.

Aos meus queridos filhos Victor e Tito, meus eternos meninos. Perdoem-me a ausência.

## RESUMO

O ensino das Relações Internacionais é cada vez mais indispensável para a compreensão do mundo contemporâneo. Por isso, a procura pelos estudos na área vem aumentando nas últimas décadas. A interdependência econômica, os intercâmbios nos mais diversos campos e as influências culturais e sociais que têm se processado de forma acelerada e passaram a fazer parte do nosso cotidiano são alguns dos cenários que motivam a expansão da área de Relações Internacionais. Ao seguir a expansão do ensino superior no Brasil, o curso de Relações Internacionais obtém cada vez mais destaque entre aqueles que iniciam suas carreiras profissionais ou buscam especializações. Nos últimos anos, o curso tem se mantido entre os mais concorridos nos vestibulares. Em 2012, por exemplo, a concorrência para o curso de Relações Internacionais no vestibular da Fuvest foi de 44 candidatos por vaga, o que representa o quarto curso mais concorrido da Universidade de São Paulo. Este trabalho busca apresentar a importância do ensino e da formação do internacionalista com vistas a suprir as demandas pela qualificação e entendimento desse profissional no que concerne – como indica o subtítulo – aos cenários e desafios internacionais em permanente transformação e à inserção do Brasil no contexto das Nações.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Ensino Superior; Diplomacia; Campo Interdisciplinar; Matriz Curricular.

## ***ABSTRACT***

The teaching of International Relations is increasingly essential to understanding the contemporary world. Therefore, the demand for studies in the area has increased in recent decades. Economic interdependence, the exchanges in various fields and cultural and social influences that have been processed in an accelerated and became part of everyday life are some of the scenarios that motivate the expansion of International Relations. By following the expansion of higher education in Brazil, the International Relations course gets increasingly prominent among those who begin their careers or pursue specializations. In recent years, the course has remained among the most competitive university entrance exams. In 2012, for example, competition for the course in International Relations from the vestibular Fuvest was 44 candidates per seat, which represents the fourth most competitive course at the University of São Paulo. This study aims to present the importance of education and training of the internationalist with a view to meet the demands for skills and professional understanding of this in terms - as the subtitle indicates - the scenarios and international challenges of constant transformation and insertion of Brazil in the context Nations.

*Keywords: International Relations, Higher Education, Interdisciplinary Field; Diplomacy; Curriculum Matrix.*



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Blocos regionais .....	44
<b>Quadro 2</b>	Formatos de blocos e suas características .....	46
<b>Quadro 3</b>	Comparação entre blocos regionais .....	48
<b>Quadro 4</b>	Cursos de bacharelado em Relações Internacionais (1974-2006) .....	79
<b>Quadro 5</b>	Matriz curricular da UnB.....	85
<b>Quadro 6</b>	Matriz curricular da Unesp .....	86
<b>Quadro 7</b>	Matriz curricular da PUC-SP.....	88
<b>Quadro 8</b>	Matriz curricular da Unip .....	90

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>Alalc</b>	Associação Latino-americana de Livre Comércio
<b>Alca</b>	Área de Livre Comércio da América
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>Brics</b>	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
<b>Caricom</b>	Comunidade e Mercado Comum do Caribe
<b>Cebri</b>	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
<b>Ceeac</b>	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
<b>Ciesp</b>	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>CIJ</b>	Corte Internacional de Justiça
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>Ecosoc</b>	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Ecowas</b>	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
<b>Fiesp</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MBA</b>	Master of Business Administration
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>Mercosul</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>Nafta</b>	Tratado Norte-americano de Livre Comércio
<b>OIG</b>	Organizações Internacionais Governamentais
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio

<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPA</b>	Operação Pan-americana
<b>PEI</b>	Política Externa Independente
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica
<b>RI</b>	Relações Internacionais
<b>SGNU</b>	Secretário Geral das Nações Unidas
<b>Tiar</b>	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>EU</b>	União Europeia
<b>Unasul</b>	União das Nações Sul-americanas
<b>Unesp</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>Unicamp</b>	Universidade de Campinas
<b>Unip</b>	Universidade Paulista
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	13
1.1 A ação e interação dos Estados.....	14
1.2 O sistema internacional.....	32
1.3 Tempos de interdependência: economia, sociedade e política .....	41
1.4 A necessidade de cooperação internacional e de integração regional .....	43
1.5 A política externa e os desafios brasileiros no mundo globalizado.....	49
<b>CAPÍTULO 2: O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	64
2.1 Introduzindo o objeto de estudos das Relações Internacionais.....	64
2.2 A demanda pelas Relações Internacionais.....	67
2.3 O contexto de mudanças da educação superior no Brasil.....	68
2.4 As Relações Internacionais como campo de estudos: origem e significado.....	70
2.5 A relação interdisciplinar da área de Relações Internacionais .....	72
2.6 Os cursos de bacharelado em Relações Internacionais oferecidos no Brasil .....	78
2.7 Compreendendo os planos de ensino.....	82
2.7.1 A matriz curricular da Universidade de Brasília (UnB) .....	85
2.7.2 A matriz curricular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).....	86
2.7.3 A matriz curricular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).. .....	88
2.7.4 A matriz curricular da Universidade Paulista (Unip) .....	89
2.8 As perspectivas do ensino das Relações Internacionais: cenários e desafios .....	91
2.9 O profissional e o mercado .....	95
2.10 O perfil do profissional egresso. ....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	100

## INTRODUÇÃO

Entitulada **O Ensino das Relações Internacionais: cenários e desafios**, esta pesquisa contextualiza as profundas transformações que caracterizam a sociedade contemporânea nos tempos da informação digital que rompe fronteiras físicas e estabelece amplas e complexas conexões entre atores diversos, individuais e coletivos, para demonstrar que a crescente demanda pelo entedimento dessas transformações revela a necessidade da formação profissional internacionalista. Esse desafio aponta para a ampliação dos cursos universitários de graduação e pós-graduação que abordam a complexa e diversificada abrangência dos estudos das Relações Internacionais, um campo de conhecimento interdisciplinar por excelência.

Em busca da comprovação dessa hipótese, este estudo recorre à pesquisa qualitativa e exploratória que, por meio de levantamentos e informações em livros, revistas, textos, artigos científicos e *sites*, busca proporcionar maior familiaridade com o tema proposto. Segundo Gil (1987), *apud* PUC Rio (2010, p.48), “o estudo exploratório aprimora as ideias ou descobre intuições”. Assim, enfatiza-se a consulta de obras bibliográficas principalmente relativas à diplomacia e à política externa. Como base, utilizaremos essencialmente as obras do embaixador Paulo Roberto Almeida, do sociólogo e geógrafo Demétrio Magnoli, do historiador Amado Luiz Cervo, do embaixador Ronaldo Sardenberg e da professora de Ciências Políticas Karen A. Mingst para demonstrar a relevância das Relações Internacionais no mundo contemporâneo e traçar um recorte histórico e uma breve síntese do contexto da área no Brasil. Destaca-se igualmente a utilização de publicações e periódicos de Política Externa Brasileira e internacional para tecer a interrelação entre os Estados e os conceitos teóricos característicos do campo de estudos. A pesquisa apresenta também um levantamento quanto ao número e a localização dos cursos de Relações Internacionais autorizados ou em funcionamento no Brasil.

A partir dos acordos celebrados durante e após o período entre guerras, do papel da Organização das Nações Unidas no paradigma das Relações Internacionais e da conceituação de sistema internacional complexo, de interdependência e de cooperação/integração regional, explica-se no primeiro capítulo a relação e interação entre os Estados nacionais, a soberania e a autonomia e os pontos cardeais que permeiam a compreensão do cenário internacional.

O segundo capítulo, essência do trabalho, recai sob a conceituação do objeto de estudo das Relações Internacionais e sua interdisciplinaridade, os campos de estudo, as principais teorias e vertentes do pensamento da ciência política, social e a respectiva relação com as demais disciplinas, como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Direito e Economia. Nesse capítulo, também são apresentados as perspectivas e os impactos do aumento da demanda por profissionais na área para o Brasil, aborda-se de forma sucinta e objetiva as problemáticas referentes à relação de demanda e procura pelos cursos de graduação e pós-graduação e faz-se uma análise do papel das instituições de ensino superior no atendimento a este desafio. Nele, mostramos ainda as matrizes curriculares elaboradas e aplicadas por conceituadas instituições de ensino, a fim de contextualizar a abrangência da área. No capítulo, são trazidas as perspectivas do estudo das Relações Internacionais e enfatiza-se como a criação de institutos – como o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais –, a ampliação das publicações de periódicos específicos de política externa e conjuntura internacional e os esforços advindos das federações – como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo – promoveram e incentivaram a expansão e a disseminação do tema. Por fim, traça-se um perfil profissional do internacionalista, juntamente às perspectivas do mercado de trabalho e às possíveis áreas de interesse pós-formação.

Ao analisar, entre o conjunto de dados sistematizados, as perspectivas otimistas dos estudiosos, como o embaixador Paulo Roberto Almeida, temos que a interdependência contínua e a regionalização/fragmentação do mundo já estão presentes nesse novo paradigma das Relações Internacionais e irão compor cada vez mais as agendas globais, principalmente a agenda brasileira. O trabalho analítico em questão concluiu que o desafio do entendimento desse complexo sistema internacional traz o desafio de ampliar a formação acadêmica com cursos de graduação e pós-graduação cada vez mais comprometidos com as demandas da sociedade e de um amplo mercado em permanente expansão.

# **CAPÍTULO 1:**

## **AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Com o passar dos anos, os brasileiros têm se deparado com inúmeros eventos que vêm ocorrendo no âmbito internacional e refletem sobre a vida de cada indivíduo e a sociedade. Diariamente, a mídia divulga notícias sobre revoluções, declínios de regimes ditatoriais, conflitos, ataques terroristas, gestões diplomáticas, visitas presidenciais e crise econômica mundial. Essas e outras notícias acabam gerando debates polêmicos dentro da sociedade e requerem do governo de um país e inclusive da própria sociedade decisões internas e externas.

O presente capítulo apresenta assuntos como a ação e a interação dos Estados, o sistema internacional, os tempos de interdependência econômica, política e social e a necessidade de cooperação internacional e de integração regional. Essas são informações importantes para entendimento e foco na necessidade de um melhor direcionamento e de uma melhor análise por parte da sociedade e de analistas econômicos, financeiros e internacionalistas do contexto e direção das Relações Internacionais (RI).

Para que o Brasil possa responder adequadamente a esses acontecimentos é preciso que suas inter-relações sejam instituídas e atreladas aos interesses do país como Estado-membro da comunidade internacional. Para isso, o conhecimento da natureza política internacional contemporânea acaba tornando-se imprescindível, principalmente pelo fato de mostrar como o Brasil se insere nela, influenciando-a e sendo por ela influenciado.

Além do contexto da política internacional contemporânea ser globalizado ele também se caracteriza por uma pluralidade de dimensões. O local dos acontecimentos internacionais não importa, afinal, a ordem internacional está em constante mudança, o que torna algumas práticas e arranjos institucionais obsoletos. Existe a carência pela população civil de saber analisar e entender os acontecimentos no plano internacional no intuito de obter suas próprias opiniões e definições quanto ao futuro do país e da sociedade. Atualmente, tem-se somente comentários fragmentados sobre acontecimentos internacionais de interesse apenas indireto. Necessita-se, nos dias de hoje, de um novo ponto de vista metodológico, inclusive no próprio escopo dos estudos. É preciso que haja a criação e o treinamento de uma sociedade que possa responder a partir de suas próprias aspirações às controvérsias políticas e do contexto internacional.

Na década de 1980, a apreciação da teoria das Relações Internacionais não estava na pauta das reuniões do governo e muito menos era vista como uma necessidade. Os interesses externos do Brasil eram definidos sem considerar o que estava acontecendo no contexto internacional. Essa situação só foi mudada depois da teoria do congelamento do poder mundial.<sup>1</sup> Um dos aspectos fundamentais do processo de atualização da Política Externa Brasileira foi a descoberta e a exploração dessa capacidade de teorização.

Com a decadência de Guerra Fria, o rápido processo de multipolarização política e a redução de tensões entre as superpotências proporcionaram um maior relacionamento entre as nações que passaram a definir visões do mundo independentes dos condicionamentos ideológicos e estratégicos inerentes a uma cena mundial dividida em blocos rígidos e inescapáveis. O processo de descolonização também facilitou o ingresso de vários Estados no contexto internacional. É interessante frisar que a constante mudança no âmbito internacional fez com que o Brasil não mais ignorasse as teorias contemporâneas das Relações Internacionais. O conhecimento tornou-se uma etapa necessária do próprio processo de produção (formulação e execução) da política externa.

### **1.1 Ação e interação dos Estados**

Todos os países do mundo possuem uma base territorial, porém, frequentemente suas fronteiras exatas são temas de discussão e até de guerras. A Palestina, por exemplo, não tinha uma base territorial até conseguir um controle sobre a margem ocidental e sobre Gaza. Além disso, ela obteve o *status* de observadora no meio internacional.

Segundo Mingst (2008), há casos de comunidades (até nômades) que cruzam fronteiras sem que as autoridades das nações percebam, como ocorre com os povos masai do Quênia e da Tanzânia. A maioria dos Estados possui alguma estrutura institucional para governança, mas é impossível saber se a população a cumpre, principalmente pela ausência de informações. Um Estado necessita que a maioria de seu povo reconheça a legitimidade de seu governo e não somente uma forma de governo determinada. Em 1997, por exemplo, o povo do Zaire (atual República Democrática do Congo) não reconheceu mais a

---

<sup>1</sup> A teoria do congelamento mundial foi desenvolvida pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro. Essa teoria tinha como objetivo contrapor a visão do mundo articulada por Henry Kissinger, então membro do governo Nixon, segundo a qual se procurava organizar a política internacional nos termos de um pentagrama de poder, integrado por EUA, ex-URSS, China, Europa Ocidental e Japão.



legitimidade do governo liderado por Mobutu Sese Seko, o que levou o país a uma guerra civil.

Para que um Estado seja reconhecido, ele deve cumprir quatro condições essenciais:

- o Estado deve ter uma base territorial e uma fronteira definida geograficamente;
- uma população estável deve morar dentro de suas fronteiras;
- deve haver a existência de um governo ao qual a população deva respeito;
- o Estado deve ser reconhecido diplomaticamente por outros Estados.

Existe uma percepção de que a definição de Estado é a mesma de nação. Mas isso é um mero engano. Uma nação é composta pelo povo, ou seja, um grupo de pessoas que possui um conjunto de características comuns. Nela, leva-se em consideração o conhecimento disseminado pelas novas tecnologias e pela educação e as pessoas devem fidelidade a seu representante legal, ou seja, o Estado. A imprensa é utilizada de maneira a difundir a língua nacional e os meios de transporte podem colaborar para que se visualizem as similaridades e diferenças entre os povos *in loco*.

Dinamarca e Itália são exemplos de nações que formaram seus próprios Estados. De acordo com Mingst (2008), a semelhança entre nação e Estado firma-se como a essência para uma autodeterminação nacional na qual o próprio povo define a melhor maneira para sua sobrevivência. Há nações que estão espalhadas em mais de um Estado, como os curdos, que vivem no Iraque, no Irã e na Turquia, e os somalis, que vivem no Quênia, na Etiópia, em Djibuti e na Somália. Há casos em que um único Estado possui várias nações, como ocorre com Índia, Rússia e África do Sul, nos quais nação e Estado não se confundem. Dentro dessa vasta configuração, há ainda os povos que querem seus próprios Estados (como os curdos) e os que almejam apenas uma representação adequada e justa dentro do Estado em que estão (como o povo basco na Espanha e na França). Dessa forma, o Estado pós-westfaliano<sup>2</sup> pode assumir diversas formas: a) Estado-nação, em que existe uma harmonia entre eles; b) Estado com várias nações.

A maior fonte existente de instabilidade e de conflito são as disputas de território por Estados e o anseio de algumas nações de criar seus próprios Estados. O conflito entre

---

<sup>2</sup> A Paz de Westfália designa uma série de tratados que encerrou a Guerra dos Trinta Anos e reconheceu oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. Ela foi assinada em 30 de janeiro de 1648.

judeus e árabes tem sido o mais intenso e rude nos últimos tempos.<sup>3</sup> Assim, pode-se afirmar que uma nação é mais do que uma entidade histórica e o Estado, mais do que uma entidade jurídica.

Diante disso, é possível conceituar o Estado de diversas formas: a) o Estado é uma ordem normativa munida de um símbolo e de crenças que unem o povo que vive dentro dele; b) é a entidade que detém poder exclusivamente para uso da violência dentro da sociedade; e c) além de ser uma entidade funcional, centraliza e unifica várias responsabilidades importantes.

De acordo com Mingst (2008), na visão liberal o Estado é soberano, porém, não é um protagonista autônomo. Os liberais enxergam o Estado como uma arena pluralista que possui a função de manter as regras básicas do jogo.<sup>4</sup> Esses interesses muitas vezes competem entre si dentro de uma estrutura pluralista.<sup>5</sup> A visão liberal considera o Estado como: a) um processo que envolve interesses concorrentes; b) uma reflexão dos interesses governamentais e da sociedade; c) o repertório de vários interesses nacionais que estão sempre mudando; e d) o possuidor das fontes fungíveis de poder.

A visão realista defende um posicionamento mais estatista, ou seja, mais voltado para o Estado que passa a ser um protagonista autônomo, restringido apenas pela estrutura do sistema internacional. O Estado tem poder para trabalhar com assuntos e problemas internos que afetam sua população, forma de governo, economia e segurança. Ele tem um conjunto consistente de metas, definidas em termos de poder (poderio militar). Na visão realista, o Estado é: a) um protagonista autônomo; b) restringido somente pela anarquia<sup>6</sup> do sistema internacional; c) soberano; e d) guiado por um interesse nacional que é definido em termos de poder.

Há ainda aqueles que identificam duas outras visões de Estado direcionadas a enfatizar o papel do capitalismo e da classe capitalista em sua formação e funcionamento.

---

<sup>3</sup> Os conflitos entre judeus, cristãos e muçumanos se manifestam por estes reclamarem e considerarem sagrados alguns terrenos e monumentos, pela intensa oposição dos Estados árabes à existência do Estado de Israel e pela gradual expansão do território de Israel desde sua fundação em 1948.

<sup>4</sup> Essas regras garantem que vários interesses concorram com imparcialidade e efetividade no jogo da política.

<sup>5</sup> Os interesses nacionais dos Estados mudam, o que reflete os interesses e as posições relativas de poder de grupos concorrentes internos e, às vezes, também de fora do Estado.

<sup>6</sup> Os Estados soberanos organizam-se dentro de suas fronteiras por meio do contrato, o que estabelece controles e leis sobre a vida dos cidadãos. No campo internacional, contudo, prevalece o Estado de Natureza e competição original, no qual a anarquia é fator definidor e a guerra uma possibilidade real.

A visão marxista *instrumental* considera o Estado como um agente executor da burguesia.<sup>7</sup> Já a visão marxista *estrutural* considera que o Estado funciona dentro da estrutura do sistema capitalista. Nela, o Estado é levado a expandir-se por causa dos imperativos desse sistema. A visão radical aponta o Estado como: a) agente executor da burguesia; b) influenciado por pressões da classe capitalista; e c) restringido pela estrutura do sistema capitalista internacional.

Os construtivistas possuem uma visão diferente, pois os Estados estão em constante mudança e evolução no que diz respeito a assuntos internos ou internacionais. Os Estados devem compartilhar diversas metas e valores nos quais a socialização lhes é sugerida por organizações não governamentais e internacionais, que podem influenciar e até mudar as preferências estatais. Para a visão construtivista, o Estado é: a) uma entidade construída socialmente; b) um repositório de interesses nacionais que mudam ao longo do tempo; c) moldado por normas nacionais que mudam as preferências; d) influenciado por interesses nacionais que estão sempre mudando e que modelam e remodelam as identidades; e e) socializado por Organizações Governamentais Internacionais (OIG) e Organizações não Governamentais (ONG).

Conforme Mingst (2008), os Estados possuem poder e tem a capacidade de influenciar os outros e de controlar resultados. A relação de poder varia de Estado para Estado, isto é, o tamanho e a posição geográfica são características de poder reconhecidas pelos especialistas de Relações Internacionais. Na visão realista, o poder torna-se a moeda de troca das Relações Internacionais.

Ao mesmo tempo que oferece poder ao Estado, uma grande extensão geográfica pode trazer sérios problemas, como uma invasão territorial. No entanto, a defesa de um território tem um custo muito alto e também pode trazer grandes problemas ao país.

No final da década de 1890, surgiram duas visões distintas referentes à importância do tamanho e da posição geográfica de um Estado. A primeira visão foi escrita pelo oficial da marinha e historiador Alfred Mahan (1840-1914) que destacou a importância de controlar o mar e afirmou que o Estado que consegue controlar as rotas consequentemente passa a controlar o mundo. Em 1904, o geógrafo Halford Mackinder (1861-1947) contradisse essa versão e afirmou que o Estado que possui mais poder é aquele que consegue controlar o “coração” geográfico da Eurásia.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> A burguesia reage às pressões diretas da sociedade, em especial às pressões da classe capitalista.

<sup>8</sup> É a extensão territorial formada por Europa e Ásia. Sua extensão territorial é de 54.308.580 km<sup>2</sup>.

Além disso, é correto afirmar que os recursos naturais são fatores de restrição ou de ampliação do potencial geográfico de um país. O Catar, o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos são países que possuem grandes fontes de recursos naturais e fazem da extração e do refino de petróleo pilares de suas economias. Eles são países pequenos em extensão territorial, mas são vistos como grandes exportadores de petróleo. Esses países, em conjunto com Irã, Iraque, Árabia Saudita e Bahrain formam a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Juntos, eles produzem cerca de 40% de todo o petróleo extraído no mundo e detêm 70% das exportações desse recurso em todo o globo. O petróleo ocupa uma posição de destaque na matriz energética dos Estados e a concentração geográfica da produção faz com que o petróleo esteja vinculado aos principais eventos que condicionam a evolução do sistema internacional e o surgimento da economia globalizada.

Mingst (2008) expõe que o país possuidor de uma grande quantidade de recursos naturais não está livre de ameaças e se torna alvo de ações agressivas, como a que ocorreu no Kuwait na década de 1990. No entanto, não podemos afirmar que um país que possui poucos recursos naturais importantes, como petróleo, carvão e ferro, não tenha nenhum potencial. O Japão é um grande exemplo, ainda que a nação não conte com recursos naturais significativos, tem a capacidade de negociar outros elementos<sup>9</sup> que o tornam uma nação poderosa na comunidade mundial.

Outra fonte de poder é a população. Países como China, Índia, EUA e Rússia são considerados grandes potências de poder. No entanto, mesmo que uma extensa população produza uma vasta gama de bens e serviços, características populacionais como baixo nível educacional e de serviços sociais podem servir como inibidoras do poder do Estado. Em contrapartida, Estados que possuem alto nível educacional e população pequena, como a Suíça, podem ocupar nichos econômicos e políticos diferenciados.

Essas fontes naturais de poder são modificadas de acordo com a prática e o monitoramento da organização em fontes tangíveis e intangíveis utilizadas especialmente para aprimorar, modificar ou restringir o potencial de poder.

Mingst (2008) aponta que as fontes naturais de poder são a geografia, os recursos naturais e a população. Uma fonte tangível de poder é o desenvolvimento industrial, considerado o mais crítico, já que as vantagens e desvantagens da geografia diminuem com

---

<sup>9</sup> Dentre as principais atividades industriais estão a engenharia automobilística, a eletrônica, a informática, a siderurgia, a metalurgia, a construção naval e a química, com destaque para as indústrias com tecnologia de ponta nestes setores.

uma capacidade industrial avançada.<sup>10</sup> Já as fontes intangíveis de poder são a imagem nacional – as pessoas residentes no país têm imagens do potencial de poder de seu próprio Estado – e a percepção que demais Estados possuem do apoio público e da coesão de um Estado – além de ter uma liderança em que líderes carismáticos e visionários conseguem alavancar o potencial de poder de seus Estados por meio de iniciativas audaciosas.

No âmbito diplomático, a interação dos Estados é o centro das Relações Internacionais. Diante disso, é fundamental a investigação da natureza de um determinado Estado a partir da importância de seu papel no contexto internacional e da delimitação da especificidade de suas relações interestatais (SARDENBERG, 1982).

Um Estado é caracterizado por sua soberania<sup>11</sup> e isso só foi possível definir a partir de uma grande experiência jurídica e política iniciada na Europa. Observando-se a definição clássica de Estado, nota-se que ela reflete fundamentalmente as vicissitudes da história europeia, em especial nas eras moderna e contemporânea. Nos dias atuais, há um crescimento da política internacional e as limitações genéricas no conceito tradicional de Estado não devem ser esquecidas.

Diante disso, é possível destacar dois conceitos essenciais: o do direito e o da força. No passado, a estrutura da política europeia era vista como um sistema unificado, isto é, os Estados europeus possuíam o mesmo poder e o mesmo direito. Hoje, essa realidade é totalmente diferente, já que é possível identificar em alguns países europeus a desigualdade de poder – no plano da política internacional – e a igualdade soberana – no plano jurídico (SARDENBERG, 1982).

Nas últimas décadas, a interação dos Estados tem aumentado e está cada vez mais intensa, o que só foi possível depois da globalização e do avanço da tecnologia que proporcionaram aos Estados uma maior aproximação e a transposição de fronteiras antes intransponíveis. Além disso, a revolução nos meios de comunicação influenciou as atividades humanas estimulando a aproximação de grupos e comunidades.

Torna-se, assim, cada vez menos provável a organização da ordem internacional em termos hegemônicos, ou seja, de permanente sujeição (política, econômica) de umas nações por outras (SARDENBERG, 1982, p. 22).

---

<sup>10</sup> As viagens aéreas diminuem a influência da expansão geográfica como barreira para o comércio e, ao mesmo tempo, tornam essa barreira frágil.

<sup>11</sup> Uma jurisdição excludente sobre determinado território e pelo monopólio do poder coercitivo legítimo sobre seus habitantes.

Os Estados permanecem como núcleos de ação política internacional, mas isso não quer dizer que eles contêm somente os “requisitos de poder” – semelhante ao conceito utilizado pela Europa. Independentemente de sua força, os núcleos são a forma dominante de organização política dos povos e uma ferramenta para a expressão internacional. Dessa forma, os Estados conseguem se relacionar e gerar oportunidades entre eles, além de manter as relações diplomáticas definidas pelo reconhecimento mútuo entre os interlocutores.

Por meio da ação e da interação dos Estados é formada a ordem internacional contemporânea que se alimenta da desigualdade e do desequilíbrio entre eles. Mesmo diferentes, os Estados são os agentes elementares da política internacional, pois são centros de ação e de decisão.

Independentemente das inovações ocorridas em outros planos nas últimas décadas, ainda parece restar uma estabilidade nos padrões semelhantes das Relações Internacionais, que, desse modo, podem ser conceituadas como relações interestatais. Essa estabilidade é evidentemente enaltecida quando estão em pauta questões primordiais para qualquer sociedade, como a paz, a guerra, a ideologia, a segurança e o desenvolvimento. Por isso, o papel do Estado sempre foi decisivo diante de todas essas questões<sup>12</sup> (SARDENBERG, 1982).

Faz-se necessário conhecer o processo de produção da política externa de qualquer Estado do mesmo modo como acontece com o plano da interação dos Estados e as mudanças de seu processo político interno. Usualmente, uma distinção radical era feita entre os planos interno e externo na análise dos Estados. Os internacionalistas, por exemplo, privilegiavam o plano externo por este ser mais próximo de suas preocupações. No entanto, nos dias atuais, essa separação se mostra mais tênue, o que naturalmente obriga os analistas a redobrar sua atenção para o nível interno de cada Estado (SARDENBERG, 1982).

Aliado a isso, existem formatos utilizados pelos Estados para fazer prevalecer suas respectivas soberanias no plano externo. Certamente, há casos em que a soberania de um Estado é como uma ficção jurídico-política, da mesma forma como há casos em que os Estados desfrutam de preponderância incontestável. Ainda há quem visualize Estados

---

<sup>12</sup> Independentemente de considerar ou não o Estado como um agente do sistema internacional, não se pode levar ninguém a considerar que as políticas externas se iniciam nos Estados ou em seus desejos e temores. Cabe ressaltar que a base da política externa é o relacionamento e não a avaliação isolada do papel de um determinado agente.

fortes e fracos, causados pelo fenômeno da interdependência, que é igualmente característico de outros níveis de interação dos Estados. A interdependência opera em três níveis diferentes:

- entre iguais ou quase iguais: existe uma teia de interesses de diversas ordens que tem o sistema capitalista de produção como base e a democracia liberal como forma de organização política;
- entre competidores e quase adversários: esse nível de interdependência pode ser representado pelo interesse comum na sobrevivência da humanidade;
- entre desiguais: se dá nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A interdependência da teoria global é uma oportunidade de integrar em um único contexto os eixos Leste-Oeste e Norte-Sul da política mundial.

O processo de desenvolvimento dos países menos avançados não pode ser uma barreira para a interdependência ou uma forma de prendê-los a um insolúvel círculo vicioso socioeconômico. Tal interdependência é caracterizada pela subordinação dos países menos desenvolvidos que acabam por ser fornecedores de matérias-primas para os mais desenvolvidos e consequentes clientes de uma produção de maior densidade tecnológica, o que os impede de ascender para uma genuína independência econômica. Busca-se, enfim, substituir a interdependência vertical<sup>13</sup> por uma horizontal<sup>14</sup>, baseada nos princípios de cooperação e de oportunidades econômicas iguais.

Entretanto, com a crescente interconexão nos níveis internos e externos da ação estatal, os Estados têm a oportunidade de intervir diretamente nos processos decisórios dos demais<sup>15</sup>, o que leva a conflitos externos entre eles, já que todos os Estados são soberanos e nenhum deles tem o direito de interferir na soberania de outro. Além disso, outros fatores foram difundidos no contexto internacional, os quais exercem grande influência nas relações entre as nações, como entidades transnacionais, partidos políticos com

---

<sup>13</sup> A interdependência vertical é a institucionalização da desigualdade e da dependência, é o processo de marginalização econômica e política.

<sup>14</sup> A interdependência horizontal é a igualdade e a independência.

<sup>15</sup> Essa intervenção acontece por meio das ideologias e da mobilização de setores interessados em questões específicas daquele Estado.

ramificações além das fronteiras de seu país, empresas multinacionais e grupos de pressão econômica ou ideológica (SARDENBERG, 1982).

É importante mencionar que a interação dos países é processada em três níveis: bilateral, regional e multilateral. Esses níveis não podem ser substituídos e cada um complementa o outro. Dependendo do tipo de divergência internacional, uma nação deve ter opções e talvez buscar mais de uma interação com o especial cuidado de evitar que uma ação em um dos níveis restrinja a liberdade de ação em outro nível ou mesmo elimine essa possibilidade.

As considerações do sociólogo alemão Norbert Elias (1994)<sup>16</sup> sobre as diferenciadas interconexões na sociedade possibilitaram a compreensão da dinâmica de interdependência humana e que pressionam para a integração do aparelho governamental. Elias associou o processo de civilização ao avanço da interdependência.

Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente, é constante aparecerem lacunas e falhas em nosso fluxo de pensamento, como um quebra-cabeça cujas peças se recusassem a compor uma imagem completa (ELIAS, 1994, p. 67).

No período da Guerra Fria, o Estado nacional teve que enfrentar a deficiência de suas fronteiras. Isso se deu não somente devido à “chantagem nuclear”, mas também às pressões sofridas pelos Estados nas áreas econômica e ideológica. Os países industrializados pressionavam os países subdesenvolvidos no intuito de tornar obsoleto o princípio de que cada Estado tem o direito à soberania sobre os recursos naturais estabelecidos em seu próprio território. Como os países desenvolvidos dependiam diretamente das matérias-primas encontradas apenas nos países subdesenvolvidos, foi despertada naqueles a ideia de que o acesso a essas matérias-primas poderia ser contínuo por meio do uso da força (SARDENBERG, 1982).

As empresas multinacionais<sup>17</sup> buscam regular suas operações mediante políticas de unificação de mercados. Essas políticas não se limitam somente às fronteiras nacionais,

---

<sup>16</sup> Em suas obras, Norbert Elias focou a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na história. Sua principal obra foi *O processo civilizador*, publicada em 1939.

<sup>17</sup> As empresas multinacionais são agentes importantes pelo fato de se envolverem diretamente e darem apoio político aos Estados onde se encontram suas sedes principais.



mas ultrapassam essas barreiras e visam a expansão dos negócios. As multinacionais contam ainda com a tecnologia, uma importante ferramenta que, nos últimos tempos, tem avançado cada vez mais. O aprimoramento da tecnologia no campo da comunicação, por exemplo, proporcionou um rápido crescimento na difusão das informações e das ideias, o que facilitou ainda mais as ações dos Estados em determinadas áreas.

O Estado pode ser uma organização social muito resistente, com tendência a subsistir inclusive em condições desfavoráveis. A Rússia Soviética, por exemplo, depois da Revolução Vermelha (1917), conseguiu adaptar sua diplomacia e estratégia de acordo com as necessidades de convivência interestatal, o que eliminou traços de uma revolução que havia definido o início de sua existência. Foram criados um estabelecimento diplomático tradicional e um exército regular no intuito de que os anseios estatais do regime revolucionário fossem supridos. Após 1945, essa forma estatal continuou a existir na União Soviética.

Outro assunto pertinente à ação e à interação dos Estados é a diplomacia. Todos os negócios que envolvem os Estados se dão por meio dela e da estratégia e ambas se complementam e estão subordinadas à política externa. A estratégia poderia ser definida como a arte de “vencer” e a diplomacia, como a arte de “convencer”<sup>18</sup> (SARDENBERG, 1982).

Diplomacia e estratégia envolvem algo mais complexo do que as opções da paz e da guerra, uma vez que a diplomacia continua a funcionar nos tempos de guerra, e as formas estratégicas de pensar e de agir subsistem mesmo na ausência da guerra. Além disso, a diplomacia opera em vastas e importantes áreas das quais se exclui, normalmente, a questão da guerra e da paz ou, mais precisamente, em que se toma essa questão como um todo dado *a priori*; é o campo, por exemplo, da diplomacia econômica e comercial (SARDENBERG, 1982, p. 27).

Segundo Soares (2001), a palavra diplomacia vem do grego *diploma* e significa “documento dobrado em dois”. Esse termo era utilizado para indicar os documentos importantes, escritos em pergaminho<sup>19</sup> e reunidos na forma de folhas dobradas por uma barra de ferro usada para encadernação. O cuidado na preparação de tais diplomas deixava clara a intenção de que todas as informações contidas no documento eram de extrema importância e precisavam ser conservadas.

---

<sup>18</sup> Entretanto, na diplomacia deve-se almejar a persuasão, sem que o interesse de convencer fique claramente demonstrado.

<sup>19</sup> Esses documentos se diferenciavam de outros que não tinham tamanha relevância.

De uma maneira geral, a diplomacia na atualidade significa:

- o serviço público de um Estado, que trabalha com as relações exteriores e tem como pontos de referência outros Estados ou pessoas de Direito Internacional;
- um setor do serviço público, destinado às relações políticas entre governos ou com organizações intergovernamentais (excluídos os serviços consulares).

Tais conceitos estão firmados em um tipo histórico particular de organização das sociedades humanas, o Estado Moderno, que se refere ao serviço público, ou seja, às pessoas que executam funções e tarefas em nome do Estado.

Num primeiro sentido, diplomacia seria sinônimo do conjunto das relações que uma comunidade humana relativamente homogênea e diferenciada de outras mantém com outras comunidades de idênticas características. Numa perspectiva filosófica, seria um fenômeno ligado à “alteridade” de uma sociedade, ou seja, ao relacionamento de uma “unidade política” com outras unidades políticas (SOARES, 2001, p. 2).

A diplomacia nada mais seria do que o conjunto das relações exteriores dessas entidades e de seus relacionamentos com o outro. Ela é a alteridade por oposição conceitual às relações internas e às relações humanas em um universo totalmente fechado e unicamente nele considerado.

A diplomacia existe desde que os homens passaram a se organizar em agrupamentos sociais que deram início ao relacionamento entre eles. Mesmo que a relação entre os homens fosse de natureza bélica, em algum momento houve a necessidade de tréguas, o que já era indício da manifestação primitiva da arte da diplomacia (SARDENBERG, 1982).

Os egípcios e mesopotâmicos já demonstravam uma grande atividade diplomática. É fato que as civilizações da Antiguidade tinham tendência a se organizar de maneira autárquica<sup>20</sup> e sem reconhecer igualdades – apenas outros povos eram reconhecidos como vassalos ou bárbaros. Entre essas civilizações podem-se citar o Império Romano e o Império do Meio (chinês) nos quais as relações com os povos submetidos eram vistas como um problema de ordem administrativa e diplomática, além de considerarem as

---

<sup>20</sup> É a qualidade de ser autossuficiente. A autarquia existe quando a entidade consegue sobreviver ou manter as suas atividades sem apoio externo

relações com povos que estavam fora do perímetro imperial de maneira preponderantemente bélica (exceto quando se tratavam de trocas comerciais).

No caso da China, os imperadores recebiam os emissários britânicos<sup>21</sup> como se estes fossem seus vassallos e conduziam suas relações exteriores de forma a externar sua superioridade cultural e política. Isso ocorreu até o momento em que, sob pressão ocidental, o Império do Meio entrou em recessão econômica, social e política (SARDENBERG, 1982).

Quanto aos romanos, havia princípios de igualdade e reciprocidade jurídica e comercial na condução de suas Relações Internacionais que inclusive constavam em tratados assinados com seus vizinhos. Porém, com a afirmação do império, alguns princípios foram abandonados e os tratados tidos como certos durante a república romana já não eram mais na Roma imperial. Os romanos restringiram suas obrigações com povos dependentes, inclusive as alianças e as regras que eram estabelecidas tinham interpretação exclusivamente romana. Antes, elas se aplicavam tanto aos romanos quanto a terceiros.

Somente com o aparecimento da era moderna é que começaram a surgir condições institucionais, políticas e tecnológicas que contribuiriam para o rápido desenvolvimento da diplomacia.<sup>22</sup> Desse modo, aos poucos os Estados nacionais europeus aceitaram-se como judicialmente iguais, as representações diplomáticas ganharam mais intensidade e houve comunicações mais frequentes entre os embaixadores e seus respectivos governos (SARDENBERG, 1982).

Segundo Sardenberg (1982), por meio da Paz de Westfália, em 1648, houve uma nova era na política internacional. A ordem mundial passou a ser regida pelo Papa e pelo Império, o que consagrou um sistema internacional baseado na coordenação dos Estados, cada um com seu território definido. Conseqüentemente, começou a se generalizar no continente a política do equilíbrio e a diplomacia passou para um estágio mais moderno, com práticas protocolares provocadas por sucessivos congressos que reuniam representantes das principais potências (SARDENBERG, 1982).

Durante os séculos XVII e XVIII, ficou consagrado o equilíbrio entre as potências no que diz respeito à defesa da ordem internacional então vigente e mesmo com o

---

<sup>21</sup> Enquanto isso, os britânicos davam os primeiros passos para a dissolução da sociedade tradicional da China.

<sup>22</sup> Em 1455, houve a primeira missão diplomática de caráter permanente para representar os interesses do Duque de Milão, Francesco Sforza, em Gênova.

cataclisma provocado pelos avanços de Napoleão (França) o Congresso de Viena (1815) restabeleceu o equilíbrio internacional.

O século XIX foi marcado por uma diplomacia que confrontou os ensinamentos da Santa Aliança<sup>23</sup> e do Concerto Europeu.<sup>24</sup> O espírito de nacionalidade tomou conta principalmente de nações como Alemanha e Itália. Devido à impotência do Concerto Europeu em assimilar as ambições da Alemanha unificada, deu-se início a Primeira Guerra Mundial (SARDENBERG, 1982).

Diante desses fatos, pode-se afirmar que a diplomacia é a síntese das atividades do Estado no plano externo. Para se tornar eficaz ela depende de um caminhar unificado na formulação e condução das relações exteriores da instituição que dela se ocupa profissionalmente. A multiplicidade de representantes (porta-vozes) na área externa certamente pode produzir descoordenação e redução da capacidade de negociação, o que pode vir a interferir inclusive no âmbito exterior do país.

Existem duas distinções para diplomacia. A primeira, conhecida como a pequena diplomacia, é voltada para o domínio econômico. A segunda, conhecida como a grande diplomacia, está relacionada a questões relativas à segurança. Os temas econômicos sempre estiveram em pauta nos assuntos políticos, principalmente quando se trata de petróleo, recurso natural limitado e desejado por todas as nações e que traz preocupações para os governantes que o possuem em seus territórios, já que as autoridades devem se preocupar com a segurança nacional e internacional (SARDENBERG, 1982).

Nas palavras de Sardenberg (1982, p. 32), “a diplomacia de qualquer país tem por objetivo justamente influir, tanto quanto lhe é possível, na evolução da realidade internacional”. O diplomata tem como uma de suas principais atribuições incorporar o conhecimento intelectual recebido na universidade às informações por ele acumuladas em seu trabalho teórico e prático. Nesse sentido, deve-se considerar sempre todo o vínculo com as ciências sociais e políticas.

A diplomacia sempre será uma tarefa complexa tanto no plano operacional quanto no cognitivo, afinal, não é fácil medi-la e, por diversas vezes, ela poderá depender do

---

<sup>23</sup> A Santa Aliança foi um tratado político-religioso que surgiu depois da queda de Napoleão, numa tentativa da Rússia, da Prússia e da Áustria de garantir a realização prática das medidas que foram aprovadas pelo Congresso de Viena e impedir o avanço das ideias nacionalistas e constitucionalistas nas áreas sob sua influência.

<sup>24</sup> O Concerto Europeu foi um sistema de reuniões periódicas nas quais participavam as grandes potências europeias em regime de representatividade soberana.

empenho, da disciplina e do talento individual do agente diplomático. Há circunstâncias aleatórias que claramente influenciam de forma decisiva, pois não são raros os problemas que se acumulam e se reforçam, assim como também há os êxitos alcançados além do que se podia esperar (SARDENBERG, 1982).

No entanto, é na análise da interação dos Estados e na articulação de teorias da realidade internacional que se deve basear o conhecimento dos internacionalistas. É fato que a reflexão teórica será sempre importante para a criação de um programa diplomático a partir da definição da realidade atual, da evolução no decorrer do tempo e das perspectivas de desenvolvimento, ou seja, obter uma visão integrada do cenário internacional em suas diferentes dimensões e planos de abordagem é essencial. Em contrapartida, deve-se sempre atentar também para que os pressupostos teóricos e doutrinários da política externa não se fixem de maneira abstrata ou arbitrária. A diplomacia não se resume a um conjunto de ideias, principalmente por estar em interação e choque com a diplomacia de outros Estados. Ela é aberta a críticas e definitivamente é uma atividade concreta.

Conforme Soares (2001), a diplomacia bilateral é definida como a forma de ação com a qual os países aderem a seus relacionamentos com demais países ou com outras entidades a eles vinculadas, como é o caso das organizações internacionais intergovernamentais (OIGs). A diplomacia bilateral é construída por três pilares: missões diplomáticas e repartições consulares, missões junto a Estados soberanos e missões<sup>25</sup> junto a OIGs. Os Estados podem receber em seus territórios três tipos de representações estrangeiras permanentes: as repartições consulares, as missões diplomáticas e as delegações de OIGs.

Durante todo o período da Antiguidade, o homem passou a enviar agentes<sup>26</sup> para cuidar de assuntos pertinentes a seus grupos societários. Já o envio de missões (denominadas embaixadas) de representantes de governantes a outras nações ou o envio de Exércitos sempre esteve presente na história da humanidade.<sup>27</sup>

O surgimento dos Estados modernos<sup>28</sup> fez com os Estados enviassem representantes pessoais dos monarcas a outros Estados. Aos poucos foram estabelecidas

---

<sup>25</sup> As missões são designadas como delegações.

<sup>26</sup> Esses agentes tinham como missão colocar fim às hostilidades e às situações de guerra, como negociadores que poderiam evitar situações de conflito.

<sup>27</sup> Uma das primeiras missões de caráter de permanência foi a do Papa perante o Patriarca de Constantinopla, no apogeu das relações das cidades-estado no norte da Itália.

<sup>28</sup> Esses Estados modernos surgiram na época no Renascimento.

normatizações que passariam a regulamentar o trabalho diplomático, como o estabelecimento de uma missão, o recebimento de embaixadores, os privilégios e imunidades desses representantes, a inviolabilidade, os princípios de boa-fé etc.

Atualmente, as atividades exercidas pelo diplomata<sup>29</sup> nas missões diplomáticas permanentes são: a) representar o Estado de maneira a comprometer o próprio Estado, pois ele possui todos os direitos e deveres decorrentes de acordo com o Direito Internacional Público; b) informar o Estado que o envia de todos os fatos que possam interessar-lhe, isto é, cabe ao Estado formular sua política exterior de acordo com os dados e informações fornecidos pelos agentes; c) negociar, pois é o único agente em nome do Estado legitimado pelo Direito Internacional; e d) promover relações amistosas, comerciais, culturais, econômicas e científicas para, dessa forma, fortalecer a relação entre o Estado acreditante e o Estado acreditado (SOARES, 2001).

Outra diplomacia usada pelos Estados é a multilateral na qual são praticadas as relações de reciprocidade em situações coletivas que podem ocorrer em encontros multilaterais para discussão de assuntos de interesse comum dos Estados participantes. As pautas das reuniões não seguem uma regra rígida e são essencialmente determinadas pelos Estados ou OIGs que as convocam.

Soares (2001) afirma que o traço mais forte das Relações Internacionais do século XX (e provavelmente também do século XXI) é o valor crescente da diplomacia multilateral parlamentar.

A diplomacia tradicional acarreta necessariamente a tentativa de os Estados influenciarem o comportamento de outros protagonistas por negociação, agindo de um modo específico, abstando-se dessa mesma ação ou conduzindo a diplomacia pública (MINGST, 2008, p. 105).

Normalmente, uma diplomacia se inicia com uma barganha por comunicação direta ou indireta com vistas a obter um acordo sobre determinada questão. A barganha pode surgir de maneira clara em negociações formais, afinal, os Estados possuem informações sobre seus “oponentes” e também sobre seu potencial de poder, além de não perderem o foco em suas próprias metas.

---

<sup>29</sup> A *Convenção de Viena sobre Relações Internacionais*, de 1961, é o documento fundamental no que se refere às representações diplomáticas entre Estados.

Cada vez mais conectada à comunicação, a diplomacia passou a ser a escolha dos países já que ela visa criar uma imagem global que realça a capacidade de um Estado de alcançar seus objetivos diplomáticos.

Mingst (2008) destaca que os Estados recorrem ao poder econômico para influenciar os demais. As sanções podem ser usadas de forma positiva ou negativa. A sanção positiva direciona o Estado a se movimentar de maneira a obter a direção desejada. Geralmente, as sanções negativas são as mais utilizadas pelos Estados. Por meio desse tipo de sanção os países buscam se resguardar e punir o Estado que se desloca para posições não desejadas. Na década de 1990, os Estados passaram a congelar ativos e impor sanções a produtos primários. Muitos deles se valeram da força como uma arma para obrigar outros Estados a fazer sanções.

Estudiosos econômicos e militares já desenvolveram métodos para analisar as escolhas e os prováveis resultados dentro das Relações Internacionais. A teoria dos jogos entende que cada Estado possui um interesse nacional único e é protagonista unitário, o que aponta que o jogo é tratado como uma interação estratégica.

De acordo com Mingst (2008), a política externa possui modelos de tomada de decisões. O modelo racional busca maximizar metas e objetivos estratégicos. O modelo organizacional prioriza procedimentos de operação padronizados, porém, não deixa de atentar para as decisões que precedem de processos organizacionais. Já o modelo burocrático representa diferentes interesses, pois a decisão final é estabelecida de acordo com a força relativa dos protagonistas. O modelo pluralista, por sua vez, é vinculado à barganha que é conduzida entre fontes internas (grupos de interesse, movimentos em massa e empresas multinacionais). Em situações normais, até os grupos sociais podem desempenhar um papel importante no modelo pluralista.

É importante que a ação internacional do Estado e a interação dos Estados sejam identificadas e colocadas em prática na perspectiva histórica. A ação diplomática precisa partir de uma análise do problema no presente, de uma análise de suas raízes no passado e de uma análise de sua perspectiva futura (SARDENBERG, 1982).

A diplomacia deve abordar uma visão completa e geral em um único momento, contemplando o que já foi realizado, as limitações e oportunidades conjunturais e a visão do que ainda se faz necessário. Ela deve almejar um senso de oportunidade no intuito de aproveitar o transitório e fugaz para não afetar seus interesses de longo prazo e adaptar

ações quando necessárias (correções de curso), a fim de adaptar tais interesses frente as realidades que emergem.

A diplomacia não é efetivamente um domínio arbitrário, contudo, também não está presa à grande quantidade de impulsos recebidos. O perfil diplomático de um país não é sustentado por dados “mecânicos” de sua política interna ou de vagas análises de sua situação regional ou internacional. Os insumos externos devem ser medidos conforme os recebidos pela política interna, o grau de eficiência organizacional do estabelecimento diplomático e a capacidade dos responsáveis na condução da política externa.

Fica claro que um planejamento constante – em nível geral e com uma programação específica – está intrínseco quando nos referimos à interação dos Estados e aos diferentes planos da diplomacia. Mesmo sendo um objetivo de difícil consecução, não é necessário ter em todos os momentos um programa elaborado formalmente, basta ter em vista as realidades em constante mutação e que dificultam em especial a formalização constante (SARDENBERG, 1982). Entretanto, esses não são fatores que efetivamente impedem a criação e elaboração essenciais da programação diplomática.

Desse modo, o programa deve contemplar no mínimo os seguintes tópicos:

- teoria e evolução da realidade internacional;
- definição dos objetivos nacionais, inclusive no decorrer do tempo;
- articulação dos objetivos com os meios de execução da política externa;
- determinação de mecanismos de avaliação e correção política de acordo com o desempenho obtido.

Deverá existir uma interação constante para que esse programa seja formulado adequadamente, inclusive com o acompanhamento ágil da evolução da vida internacional a fim de influenciá-la em sua evolução de acordo com os objetivos e meios nacionais (SARDENBERG, 1982).

Definitivamente, há uma grande diferença entre os países e as formas como cada um conduzirá esse processo. Pode-se especificar de imediato que entre eles há uma disparidade em termos de poder, de desenvolvimento e de condicionamento geográfico. Isso reflete diretamente não apenas nas articulações e execuções dos programas diplomáticos, mas também no estabelecimento das políticas externas desses países. O processo de planejamento da política externa vislumbra contatos internos e externos à



nação e deve se nutrir de insumos dos meios universitário, empresarial, midiático e de operações coerentes de ação exterior. Isso significa que esse programa deve se basear em atividades concretas e programadas, não em abstrações.

A seguir, analisaremos como o sistema internacional se estabelece após a identificação da ação e interação dos Estados.

## **1.2 O sistema internacional**

Para buscar um bom entendimento e uma boa análise das Relações Internacionais é importante examinar o contexto do sistema internacional.

Assim, o que significa o termo sistema quando aplicado às Relações Internacionais?

O sistema em RI corresponde a uma união de algum modo regular que se dá mediante o agrupamento de unidades, objetos ou partes. O sistema precisa reagir de modo constante e ter fronteiras separadas um do outro, porém, pode haver a permuta de fronteiras (MINGST, 2008).

Na década de 1950, os eruditos chegaram a conceituar política internacional segundo a linguagem da teoria dos sistemas. Eles estavam influenciados por uma revolução comportamental nas ciências sociais e partiam do pressuposto de que as pessoas têm atitudes regulares e de que a interação entre elas ocorre dentro de um padrão habitual, realista e behaviorista. Assim, a política internacional seria um sistema em que os protagonistas principais são os Estados individuais.

Ao ser influenciado pelas escolas funcionalista e estruturista, pela análise *input-output* proposta por David Easton<sup>30</sup> e pelos estudos baseados em teorias de comunicação e cibernéticas de Karl Deutsch<sup>31</sup>, o termo sistema se estabeleceu como centro da teoria geral dos sistemas. De qualquer forma, em todos os casos, o domínio político é considerado implícita ou explicitamente como um sistema (SARDENBERG, 1982).

O criador da teoria geral dos sistemas, o biólogo Ludwig von Bertalanffy, definiu o termo sistema como um conjunto de elementos que mantêm a interação. Outros cientistas classificam sistema como um conjunto de objetos e das relações entre esses objetos e entre

---

<sup>30</sup> Ex-presidente da *American Political Science Association*, ficou conhecido pela aplicação de teoria de sistemas para o estudo em Ciência Política.

<sup>31</sup> Especializou-se no estudo de guerra e da paz, do nacionalismo, da cooperação e da comunicação.

seus atributos. Além dessas definições, alguns especialistas consideram como sistema todo grupo de objetos que mantiver relacionamento estrutural característico e que interaja à base de processos característicos. Dessa forma, todas essas definições formam uma ideia da grandeza metodológica do termo sistema, que pode ser aplicado tanto no campo social como no das ciências naturais.

Para aplicar o conceito de sistema metodologicamente, é preciso que o objeto de análise possua: a) limites claros; e b) relacionamento com o meio ambiente via insumos e produtos. Em razão da multiplicidade de fatos e atos, os limites da realidade internacional são indefinidos, ou seja, não é mais nítida a linha que diferencia a política externa da interna (SARDENBERG, 1982).

O sistema internacional atual compõe-se da sucessão de macroestruturas (eurocentrismo, entre-guerras, Guerra Fria, descolonização, multipolarismo e *détente*<sup>32</sup> entre superpotências) marcadas por dois conflitos generalizados, por revoluções e flutuações econômicas repletas de drama e hostilidades, conforme crises em menor escala.

À medida que as Relações Internacionais de poder eram alteradas, as macroestruturas internacionais eram sucedidas. Quanto à operação do sistema internacional, ela sempre foi deficiente e cheia de obstáculos e incoerências devido a sua historicidade e seu ineditismo sempre reformado. Esse sistema é semelhante a um jogo de regras indefinidas e cambiantes (SARDENBERG, 1982).

Quando se dá ênfase à sucessão de macroestruturas, é possível encontrar vestígios de estabilidade e permanência no sistema internacional. Podem-se citar como exemplos dessa permanência o desequilíbrio postulado entre países ricos e pobres (mesmo com a descolonização e a propagação da ideologia do desenvolvimento) e a continuidade da corrida armamentista internacional, inclusive com esforços para impedi-la durante o século XX.

O sistema internacional pode sofrer alterações apenas com a mudança do regime de uma das principais potências, o que eventualmente altera o curso das Relações Internacionais. Na década de 1980, o processo de globalização do sistema internacional deixou em questão sua unificação ou fragmentação. A unificação do sistema internacional

---

<sup>32</sup> É uma palavra francesa que significa distensão ou relaxamento. De maneira geral, o termo pode ser empregado para se referir a qualquer situação internacional na qual as nações que tinham anteriormente um relacionamento hostil (sem, no entanto, estarem em um estado de guerra declarada) passam a restabelecer relações diplomáticas e culturais, apaziguando seu relacionamento e diminuindo o risco de conflito declarado.

estava diretamente ligada ao *status* privilegiado do qual desfrutavam as duas superpotências, Estados Unidos e a União Soviética, e a possível hegemonia que uma delas poderia conquistar. No caso da fragmentação, ela está diretamente ligada ao crescente número de Estados, principalmente depois de Segunda Guerra Mundial até os dias atuais (SARDENBERG, 1982).

Muitas vezes, quando se menciona, em tom de elogio, a existência do processo de globalização das Relações Internacionais contemporâneas, fica subentendido que esse processo deverá levar a uma “desejável” unificação do sistema (SARDENBERG, 1982, p. 43).

De acordo com Sardenberg (1982), na dinâmica da vida internacional, caberia classificá-las como permanência e transformação, visto que os problemas duradouros do sistema internacional se alimentam da oposição entre o velho e o novo, principalmente quando o conceito do sistema internacional é notado como um encadeamento de macroestruturas.

Um analista diplomático tem finalidades práticas e sua análise da macroestrutura mundial não pode ser simplesmente fria e científica, não somente devido ao atraso conceitual e experimental das disciplinas de Relações Internacionais, mas principalmente pela contribuição na formulação ou execução da política externa, foco principal das análises (SARDENBERG, 1982).

É importante mencionar a legitimidade dessas macroestruturas que remete à estabilidade e não deve ser confundida com justiça, afinal, refere-se apenas ao consenso internacional sobre política. Conforme Sardenberg (1982), a legitimidade implica a aceitação da ordem internacional pelas principais potências. Diante disso, a ordem internacional não garante o desaparecimento de todos os conflitos, porém, limita seu propósito. Um Estado pode afirmar que um conflito ocorreu devido à estrutura existente e a paz é determinada pelo consenso geral e legítimo.

Segundo Mingst (2008), a concepção de sistema está interligada ao pensamento das três escolas teóricas dominantes de Relações Internacionais: a liberal, a realista e a radical.

A escola liberal não vê o sistema internacional como centro de estudo. No entanto, ela conceitua três pontos diferentes do sistema. O primeiro conceito é que o sistema internacional não é uma estrutura, mas um processo que determina várias frentes de interação entre diferentes partes e nos vários protagonistas que interagem. Além dos Estados, as organizações governamentais internacionais (OIGs) – como as Nações Unidas

–, as organizações não governamentais – como a Human Rights Watch –, as corporações multinacionais e os protagonistas subestatais – parlamentos e burocracias – também estão entre os protagonistas.

O segundo conceito liberal está relacionado à tradição inglesa de sociedade internacional. Os eruditos Hedley Bull e Adam Watson, dois dos principais mentores dessa tradição, afirmavam que o sistema internacional era compreendido por comunidades políticas independentes e que uma sociedade internacional composta por vários protagonistas, define-se pela comunicação, pelos interesses e pelas regras comuns. Os liberais enxergam o sistema internacional como um processo para interações positivas.

O terceiro conceito liberal de sistema internacional corresponde ao institucionalismo neoliberal que visualiza o sistema internacional como anárquico, ou seja, nele, o Estado se comporta de acordo com seus próprios interesses. A interação entre protagonistas é algo positivo para os liberais, pois instituições fundadas por interesses próprios modelam o comportamento dos Estados de acordo com a percepção que obtêm mediante futuras interações com outros protagonistas.

De acordo com Mingst (2008), os liberais aprovam alterações no sistema internacional e afirmam que elas vêm de diversas fontes. Primeiramente, os desenvolvimentos tecnológicos exógenos resultam em mudanças no sistema internacional. Essas mudanças ocorrem sem o controle ou o consentimento dos protagonistas no sistema (por exemplo, as mudanças em comunicação e transporte tiveram como consequência o crescimento no nível de interdependência entre Estados dentro do sistema internacional).

Outra mudança diz respeito às alterações na importância dada a determinadas áreas, como foi o caso das questões econômicas que saíram de foco na virada de século e deram lugar aos temas globais como direitos humanos e meio ambiente.

A terceira mudança pode ocorrer conforme novos protagonistas (organizações não governamentais ou corporações multinacionais) aumentem ou substituam Estados protagonistas, o que, segundo pensadores liberais, pode impactar na estrutura global de poder entre os Estados.

Outra escola teórica dominante nas Relações Internacionais é a realista que acredita que a política é governada por leis objetivas enraizadas na natureza humana. O conceito de realismo é o do interesse definido como poder e não possui um significado inalterável. O realismo tem o conhecimento do significado moral da ação política, mas não reconhece as

aspirações morais de um Estado como as leis morais que governam o universo. A escola leva em conta a política como uma esfera autônoma da atividade humana.

Mingst (2008) expõe que os realistas definem o sistema internacional como um sistema anárquico no qual o Estado é a única autoridade. No entanto, existem divergências entre os realistas com relação ao grau de autonomia de um Estado no sistema internacional. Os mais tradicionais acreditam que os Estados atuam sobre o sistema e o moldam, enquanto que os neorealistas creem que os Estados ficam restritos à estrutura do sistema. Ambos concordam quanto à anarquia como princípio básico de ordenação e, por consequência, cada Estado deve zelar dentro do sistema pelos seus interesses.

É pela dimensão da polaridade que os realistas diferenciam o sistema internacional. Existem três tipos de polaridade. O primeiro se refere a vários protagonistas influentes no âmbito internacional, no qual haverá um sistema de equilíbrio de poder ou multipolar. O segundo tipo é o bipolar, um sistema baseado em alianças mais duradouras e com interesses relativamente permanentes. O último sistema é o unipolar que aponta a existência de apenas um grupo ou Estado que detém o controle de influência no sistema internacional. Um grande exemplo disso são os Estados Unidos após a Guerra do Golfo, em 1991, quando os aliados mais próximos e praticamente todos os países em desenvolvimento se preocuparam porque o sistema internacional havia se tornado unipolar.

De acordo com Mingst (2008), as mudanças no sistema internacional já são reconhecidas pelos realistas. Ao final do século XIX, o então equilíbrio multipolar de poder se enfraqueceu e deu lugar a um sistema de alianças, com a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, exemplo a partir do qual os realistas atribuem a mudança no sistema por consequência da mudança de protagonistas.

Em termos gerais, guerras sempre trazem grandes mudanças nas relações de poder. O melhor exemplo desse fato é o período pós-Segunda Guerra Mundial que trouxe a perda de influência da Grã-Bretanha e da França e colocou fim às aspirações imperiais de Japão e Alemanha que saíram com suas sociedade civil, exército e infraestrutura arrasados.

Mudanças exógenas também podem criar um desvio no sistema internacional. Os avanços tecnológicos provocaram mudanças nas fronteiras do sistema político internacional e expandiram as fronteiras do espaço geográfico acessível. Os realistas acreditam que existem padrões de mudança no sistema, mas discordam entre si quanto ao período de tempo que deve ser examinado para estudar essas mudanças.

A terceira escola teórica é a radical que busca definir a estrutura em termos de estratificação.<sup>33</sup> Para ela, o sistema internacional é estratificado conforme os recursos que cada Estado possui, como poder econômico ou petróleo. A estratificação do poder e os recursos formam a divisão entre aqueles que têm (Norte) e aqueles que não têm (Sul). Em outras palavras, os radicais acreditam que há muitas diferenças econômicas dentro da estrutura do sistema internacional e todas as ações são restringidas por essa estrutura. Alguns teóricos enxergam uma possibilidade dentro do sistema capitalista, uma mudança na semiperiferia e na periferia vinculada à medida que os Estados modificam suas posições relativas em face de outros. O capitalismo é uma força dinâmica, afinal, assim como o colonialismo e o imperialismo, possui ciclos de crescimento e expansão, seguidos de contração e declínio.

Já os denominados construtivistas desenvolveram ideias de como o sistema internacional é mutável, ideias essas calcadas por alterações nas normas sociais, mesmo que algumas delas ainda não venham a ser transformadoras. Singularmente, os construtivistas buscam a especificação dos mecanismos pelos quais ocorrem as mudanças (MINGST, 2008).

Em resumo, percebe-se que todas as abordagens teóricas dão ênfase ao nível de análise do sistema internacional. A diferença é percebida pela característica que define o sistema internacional, pois, para os realistas, essa característica é a polaridade, e, para os radicais, é a estratificação. Mesmo assim, em ambas as visões o sistema internacional restringe o comportamento do Estado. Independentemente disso, realistas visualizam essas restrições como positivas, de acordo com a distribuição do poder, enquanto os radicais a veem como negativa ou mais neutra, como uma arena e um processo de interação. Já os construtivistas abordam uma teoria mais evolucionária, vinculada às mudanças em normas e ideias que modelam o sistema, sem enxergar diferenças bruscas entre o sistema internacional e o sistema interno e desprezando a importância dada à estrutura do sistema internacional.

O professor Hans Morgenthau<sup>34</sup> especificou que o poder internacional nada mais é do que a capacidade de influenciar ou obrigar Estados a agir de uma determinada maneira

---

<sup>33</sup> A estratificação corresponde a uma divisão desigual de recursos entre diferentes grupos de Estados.

<sup>34</sup> Morgenthau nasceu na Alemanha e emigrou para os Estados Unidos em 1930. Ele foi professor da Universidade de Chicago e pioneiro no campo de estudos da teoria das relações internacionais.

ou a deixar fazê-lo. Já o professor Raymond Aron<sup>35</sup> classificou o poder como a imposição de uma unidade política sobre a vontade das demais (SARDENBERG, 1982).

Na concepção do professor Raymond Aron, a defesa consiste em salvaguardar sua autonomia, manter o próprio estilo de vida e não aceitar a subordinação de suas leis internas ou de sua ação externa aos desejos e decretos dos outros. Em geral, as pequenas potências têm ambições defensivas e procuram sempre viver como centros de decisões livres. Em contrapartida, as grandes potências almejam atuar sobre outras unidades políticas com o intuito de convencê-las ou constrangê-las. Elas sempre precisam tomar a iniciativa, fazer parcerias e liderar coalizões. Caso um Estado de primeira posição opte por um poder defensivo, ele adotará uma política de isolacionismo e desistirá de entrar em competições no sistema, a fim de ser deixado em paz.

Como o poder é tido como único para se definir o sistema internacional, não há como objetar as pressões exercidas pelos Estados mais fortes no intuito de constranger os mais fracos a determinados comportamentos. Pressões são normais e fazem parte do cotidiano. As pressões podem surgir como uma forma de ameaça para persuadir ou até mesmo compelir sem usar a força como ferramenta, mas sim usar estratégias para evitar ser enganado ou aterrorizado. É importante ressaltar que a força não está ligada apenas à violência, mas ela também pode ser definida como o poder de barganha que um determinado país possui. Como exemplos disso podemos citar o Brasil e a África do Sul, grandes emergentes do Brics que possuem essa força de negociação mediante as grandes potências.

O poder não é a única ferramenta usada no sistema internacional. A soberania dos Estados e os benefícios que os acompanham como a não intervenção e a integridade territorial, ajudam a garantir a integridade do Estado (SARDENBERG, 1982).

Entender a realidade do contexto internacional requer uma análise profunda e apurada por parte do internacionalista. É importante ter uma visão macro aliada à realidade interna dos países.

Com relação ao poder internacional é preciso ter uma noção clara de suas configurações e diferenciar os modos de organização do sistema internacional e as relações de poder. O modo de organização nada mais é do que a repartição do poder entre os agentes importantes na macroestrutura em questão. No caso das relações de poder, “tal

---

<sup>35</sup> Aron foi filósofo, sociólogo e comentarista político francês.

como a dissuasão unilateral ou mútua, as diversas formas de dominação internacional e détentente contemporânea” (SARDENBERG, 1982, p. 55).

A balança de poder é o modelo mais clássico da teoria das Relações Internacionais. A balança de poder passou a ser utilizada no momento de surgimento das cidades-estado italianas, no século XIX, no período do Renascimento, com a política de equilíbrio nas relações intraeuropeias. O equilíbrio de poder é delimitado pela renúncia da possibilidade de um governo mundial – definido pelas ciências políticas como uma monarquia – e pela pluralidade de atores.

O modelo da balança do poder nada mais é do que uma balança com grande densidade política e estratégica que chega ao ponto de a própria noção de diplomacia ser confundida com a prática mais restrita da diplomacia do equilíbrio. Essa confusão provém de uma notória preferência dos governos e dos teóricos das Relações Internacionais em difundir suas opiniões relativas ao mundo em termos de equilíbrio ou de balança de poder, em especial quando se beneficiam de situações de hegemonia ou preponderância (SARDENBERG, 1982).

Quando a palavra multipolaridade é mencionada, é importante entender que ela está ligada ao conceito de que cada ator principal é considerado inimigo ou parceiro dos demais e as alianças são temporárias, isto é, os países se relacionam com outros dependendo do interesse ou necessidade atuais. Essas necessidades podem ser internas ou externas e não há um líder em questão. Já o conceito de bipolaridade é um pouco mais focado, ou seja, existem apenas dois atores importantes que são inimigos por posição ou por ideologia e as alianças são mais duradouras do que o primeiro conceito. Aqui, existe uma liderança que varia de acordo com a origem dessa aliança.

No sistema bipolar há três tipos de Estados: líderes de blocos, Estados dos blocos e aqueles que não participam. Os líderes buscam sua própria hegemonia e se dedicam a impedir ao máximo o fortalecimento de seus adversários e a manter a integridade de seus próprios blocos (SARDENBERG, 1982).

Desde o pós-guerra, a multipolaridade e a bipolaridade tiveram uma situação mais equilibrada, porém, de natureza distinta. O bipolarismo da Guerra Fria (EUA e URSS) se difere de outras manifestações por ter uma duração mais longa. Em macroestruturas internacionais (que resultaram da Primeira e da Segunda Guerra Mundial), a bipolarização evidenciou claramente uma crise aguda em todo o sistema. No entanto, mesmo com os



vestígios da crise estratégica apresentada na Guerra Fria, a bipolarização manifestava a existência de um grande risco à sobrevivência da própria humanidade.

Muitos especialistas viam o bipolarismo dessa época como frouxo, já que logo no início muitos blocos que participavam desse bipolarismo entraram em processo de divisão, muitos Estados não quiseram participar de nenhum desses blocos e a ONU (Organização das Nações Unidas) substituiu o foro multilateral, mesmo representando uma filosofia de organização internacional que pouco ou praticamente nada tinha (ou tem) em comum com o bipolarismo (SARDENBERG, 1982).

Os diversos processos políticos contribuíram para a matização do bipolarismo e para a gradual afirmação de certa multipolaridade política. Um desses processos políticos foi a descolonização que despertou em diversos países o interesse de preservar sua independência e enfrentar as tendências neocolonialistas. Amplamente, o anticolonialista gerou um não alinhamento direcionado inicialmente para a medição entre dois blocos e, posteriormente, para a defesa dos interesses dos países do Terceiro Mundo. Outro processo foi a recuperação econômica e política da Europa Ocidental na década de 1950, que permitiu aos países – principalmente à França – uma atuação internacional menos limitada pelos ditames do alinhamento com os EUA.

Vale ressaltar que, no contexto macroestrutural do pós-guerra, não bastava mais descrever a rivalidade política sob um olhar, mas se fazia necessário estudar outra maneira de entender o sistema internacional. Esse modo é chamado de pirâmide mundial, uma estrutura mutante mais liberal no âmbito das negociações e do entendimento entre Estados com diferentes formas de organização social e política (SARDENBERG, 1982).

Um dos legados da Guerra Fria no campo da análise das Relações Internacionais foi a classificação convencional dos Estados nacionais em uma escala hierárquica de acordo com seu poder em sua acepção inventarial.

Assim, aceita-se geralmente que dois Estados se encontrem no pináculo dessa escala e que cerca de uma dúzia se situe em diferentes posições intermediárias, enquanto os demais estariam necessariamente condenados aos degraus inferiores da pirâmide do poder mundial. Essa visão, muito convencional, é um diagnóstico com largo curso nos chamados centros mundiais de decisão, que buscam consagrar essa pirâmide como a forma “normal” de organização da sociedade internacional e afirmar a hierarquização verticalizada como seu requisito fundamental (SARDENBERG, 1982, p. 61).

Segundo Schmidt (1994), mesmo com as evidências do fim da Guerra Fria ao longo dos anos, os Estados demoraram para rever suas políticas externa e de defesa e houve o retardamento do fortalecimento das organizações de segurança regionais e internacionais.

Após o episódio no Iraque pode-se afirmar que o mundo futuro não será sem conflitos, que poderão ser internos a uma nação (grupos diferentes dentro de um mesmo país) ou por meio das fronteiras nacionais. O debate sobre temas étnicos-raciais também continuarão. À medida que as sociedades progredirem, as revoluções políticas irromperão e disputas históricas sobre fronteiras certamente continuarão, com diferenças econômicas incrementadas de acordo com o crescimento da revolução tecnológica neste século XXI.

### **1.3 Tempos de interdependência: economia, sociedade e política**

O mundo atual está conectado em todos os sentidos possíveis dessa palavra. Ele está conectado nas comunicações (uma mensagem pode atravessar o mundo em segundos), politicamente (a decisão de um país ou de uma organização pode influenciar todas as demais nações), economicamente (o número de importações e exportações está em constante crescimento e atinge mercados cada vez mais variados), financeiramente (as ações das bolsas de valores ao redor do mundo são afetadas pelos resultados de outras instituições semelhantes) e socialmente (o trânsito de pessoas de um país para outro é cada vez mais intenso).

A maior conectividade mundial se deve a um processo de expansão da integração política, econômica, social e cultural que atinge grande parte da sociedade, principalmente a partir do final do século XX e intensificada nos primeiros anos do século XXI. O objetivo latente é formar uma aldeia global que possibilite a construção de maiores mercados de consumo por meio do aumento da acessibilidade aos meios de comunicação e de transporte. Esse processo é conhecido como globalização (BARBOSA, 2003).

A globalização compreende um processo de integração mundial que sempre considera os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais que cada país possui distintivamente. Esse processo permite que mercados distantes antes inexplorados sejam explorados, isso sem que necessariamente haja um alto investimento de capital financeiro, pois o avanço tecnológico permite que atividades gerenciais, reuniões de planejamento e transações financeiras ocorram à distância, o que agiliza a obtenção de dados úteis para o sucesso das operações de uma empresa em um novo território.

Com isso, torna-se cada vez mais comum a aquisição de um produto de uma empresa de capital nacional feito em outro país ou, ainda, a fabricação de bens de consumo cujas partes foram forjadas em diversos países. Nesse universo corporativo contemporâneo, para uma grande empresa ser suficientemente competitiva ela não pode mais ficar restrita a uma única nação. A globalização permite que muitas empresas possam montar suas linhas de produção em países onde os custos possam ser mais vantajosos, o que possibilita, assim, uma redução nos custos e um conseqüentemente aumento dos lucros.

A empresa finlandesa Nokia produz telefones celulares em várias partes do mundo, da mesma forma que a empresa de *chips* de computador, Intel, de origem norte-americana, possui uma de suas principais empresas na Costa Rica. Já a Nike, fabrica boa parte dos seus tênis e material esportivo na Indonésia. A empresa espanhola Telefônica, que adquiriu os serviços de telefonia de vários países da América do Sul, gera 20% do seu lucro nesta região. A cidade de Bangcoc, capital da Tailândia, transforma-se num espaço de produção de automóveis japoneses, alojando fábricas da Toyota, Honda, Mitsubishi e Isuzu (BARBOSA, 2003, p. 12).

Como efeito, a ideia de que um país pudesse se desenvolver apenas com seus próprios esforços tal como defendia o regime socialista de Cuba, entrou em crise. O próprio governo cubano agora incentiva que empresas da América Latina e da Europa invistam em seu país, além de estimular o turismo na intenção de acumular moeda estrangeira. Uma das conseqüências do processo de globalização é a interdependência entre os países, principalmente daqueles que estão em fase de aquecimento econômico, pois permite a entrada de recursos essenciais para seu desenvolvimento.

A globalização é um fenômeno com variações. De acordo com Barbosa (2003, p. 14), ela “não afeta todos os países da mesma forma, nem se manifesta com a mesma velocidade nas várias dimensões da vida coletiva”.

Os países ainda estão distanciados no que diz respeito ao nível de suas tecnologias. Há países que são considerados tecnologicamente avançados, como Suécia, Alemanha e Japão, como há países subdesenvolvidos que possuem um grande potencial industrial, como Brasil, México e Polônia, e também países que sequer possuem uma estrutura econômica de nível básico, como Haiti, Camboja e Somália. Em alguns casos, a globalização pode até aumentar essa disparidade entre os países.

Além dessas diferenças no nível de progressão do desenvolvimento entre os países, pode-se notar também que há uma distinção entre os níveis que a globalização atinge nas esferas da sociedade. Enquanto a globalização no plano econômico avança rapidamente,

com a integração de empresas e a conexão de mercados, no campo político as mudanças demoram mais tempo para surtir efeito, como Barbosa (2003) parafraseia em seu relato:

Não existe um governo global e, ainda que se possa falar de movimentos sociais globais, os conflitos políticos continuam se manifestando de forma prioritária nos espaços nacionais. As manifestações de rua contra a globalização na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, em virtude da reunião da OMC, ou em Praga, capital da República Checa, quando do encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI) recebem mais cobertura da mídia do que as greves e protestos locais e nacionais, mas nem por isso devem ser consideradas mais importantes (BARBOSA, 2003, p. 16).

Em suma, com o crescimento dos efeitos da globalização, principalmente nas áreas econômicas e sociais, a necessidade de promover o fortalecimento do relacionamento entre os países se tornou mais latente. O ambiente mundial se tornou mais propício para a interdependência, pois os Estados reconhecem que um precisa do outro para se desenvolver. Nesse contexto, o profissional de Relações Internacionais deve atuar como um agente de ligação e buscar estimular o contato entre nações observando possíveis oportunidades para a expansão de negócios.

#### **1.4 A necessidade de cooperação internacional e de integração regional**

Com o fenômeno da globalização muitas fronteiras estão sendo alteradas não tanto por guerras ou disputas de territórios como outrora, mas pela intenção de vários países de buscar a superação de entraves e uma correlação cooperativa na qual possam alcançar conjuntamente o desenvolvimento de suas economias e melhorar o nível de vida de seus povos. Desse modo, a integração entre países foi incentivada pela criação de vários blocos regionais ao longo do século XX nas mais diversas partes do planeta. As palavras de Magnoli (1997) expõem esse pressuposto:

A multiplicação dos acordos e blocos econômicos regionais constitui um dos fenômenos mais marcantes do pós-Guerra Fria. A antiga paisagem plana, onde se destacava o cume praticamente solitário da Comunidade Europeia, foi preenchida por cordilheiras, montanhas e morros de blocos poderosos, intermediários ou pífios, ou apenas de projetos ambiciosos de megablocos transcontinentais (MAGNOLI, 1997, p. 44).

Cada bloco tem sua própria estrutura e seus próprios objetivos. Em sua maioria, os blocos possuem interesses econômicos e focam suas ações na busca de políticas que

incentivem o aquecimento das atividades produtivas de seus membros via facilitação do comércio entre eles. Porém, entre países que possuem interesses em comum existem grupos com ideais voltados para a integração política. Há ainda grupos que possuem os dois atributos e são influentes na economia e na política. Contudo, é possível afirmar que todos eles visam o fortalecimento da cooperação internacional (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

O quadro 1 exhibe quais são os principais blocos regionais em operação na atualidade.

**Quadro 1 – Blocos regionais**

<b>Sigla</b>	<b>Nome do bloco</b>	<b>Fundação</b>	<b>Membros</b>
<b>Américas</b>			
Caricom	Comunidade do Caribe	1973	20
Unasul	União de Nações Sul-americanas	2004	12
Mercosul	Mercado Comum do Sul	1991	4
CAN	Comunidade Andina de Nações	1969	4
Cais	Sistema de Integração Centro-americana	1991	7
Nafta	Tratado Norte-americano de Livre Comércio	1994	3
<b>Europa</b>			
EU	União Europeia	1953	27
Efta	Associação Europeia de Livre Comércio	1960	4
Cefta	Acordo Centro-europeu de Livre Comércio	1993	8
<b>África</b>			
UA	União Africana	1963	54
Ecowas	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	1975	15
Ceeac	Comunidade Econômica dos Estados da África Central	1985	11
EAC	Comunidade da África Oriental	1999	5
Sadc	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	1992	15
Comesa	Mercado Comum da África Oriental e Austral	1993	19
<b>Ásia</b>			
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático	1967	10
Saarc	Associação Sul-asiática para a Cooperação Regional	1985	8
GCC	Conselho de Cooperação do Golfo	1981	6
<b>Oceania</b>			
PIF	Fórum das Ilhas do Pacífico	1971	16
<b>Intercontinental</b>			

Eurasec	Comunidade Econômica Eurasiática	2006	6
LA	Liga Árabe	1945	22
Cuea	Conselho da Unidade Econômica Árabe	1957	18

Fonte: MENEZES; PENNA FILHO, 2006.

De acordo com Magnoli (1997), os blocos de cunho econômico podem ser classificados em quatro categorias distintas: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária.

A zona de livre comércio, considerado o menos ambicioso dos modelos citados, consiste na construção de um acordo que visa eliminar possíveis restrições tarifárias e não tarifárias que incidem na circulação de mercadorias entre os signatários do acordo. Esse modelo é estritamente comercial.

A união aduaneira também se baseia na esfera comercial e estimula a eliminação de restrições alfandegárias e a fixação de uma tarifa externa comunitária. Ela passa a tarifar diferenciadamente os produtos vindos de fora do bloco em relação aos produzidos dentro dele para que estes sejam beneficiados. Seu foco é a atração de investimentos uma vez que uma empresa que se instala dentro de uma zona de união aduaneira dispõe de um amplo mercado consumidor e de proteção contra ameaças externas.

Nesse raciocínio tem-se o mercado comum, uma evolução dos dois modelos já apresentados. O mercado comum não se limita aos aspectos comerciais, mas também aos campos financeiros, ambientais, educacionais, industriais e também legislativos. Magnoli (1997, p. 45) explica que a intenção do mercado comum é “estimular a integração internacional das corporações produtivas e financeiras no interior do bloco” e “unificar praticamente todas as dimensões dos mercados nacionais, criando um mercado regional poderoso” para assim permitir que suas empresas possam concorrer de forma vantajosa dentro do espaço global.

O último e mais avançado modelo de bloco regional é a união econômica e monetária. Nesse modelo, as temáticas de mercado comum são acrescidas de uma moeda única que vem a substituir as moedas nacionais e é controlada e emitida por um banco central supranacional. A união econômica e monetária exige mais tempo para ser elaborada e seus membros precisam estar economicamente equiparados ou ao menos é necessário que não haja discrepâncias entre suas situações econômicas para que não ocorra um colapso geral com a adoção da nova moeda, principalmente, nos países menos evoluídos economicamente (MAGNOLI, 1997). O quadro 2 exibe as principais características e diferenças entre cada tipo de bloco apresentado:

**Quadro 2 – Formatos de blocos e suas características**

<b>Zona de livre comércio</b>	Livre circulação de mercadorias, ou seja, não há impostos na circulação de produtos entre os países membros. A moeda nacional é mantida. Cada país define o imposto de importação para os produtos vindos de nações não pertencentes ao bloco e as regras para o trânsito de capitais, serviços e pessoas.
<b>União aduaneira</b>	Livre circulação de mercadorias. Cada país define suas regras para a circulação de capitais, serviços e pessoas. A moeda nacional é mantida. Imposto de importação comum para as mercadorias vindas de nações não pertencentes ao bloco.
<b>Mercado comum</b>	Livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas. Imposto de importação comum para produtos vindos de nações não pertencentes ao bloco. A moeda nacional é mantida.
<b>União econômica e monetária</b>	Livre circulação de mercadorias. Imposto comum para produtos vindos de fora do bloco. Livre circulação de capitais, serviços e pessoas. Moeda é comunitária. Exemplo: Euro, na União Europeia.

Fonte: MAGNOLI, 1997.

A criação de uma zona de livre comércio é praticamente uma unanimidade entre os blocos existentes. Aqueles que ainda não a formalizaram já possuem projetos para sua criação. Em quantidade reduzida, mas ainda em número considerável, estão os blocos que já alcançaram o estágio de união aduaneira. Já a instituição de um mercado comum pleno é exclusividade da União Europeia, da Associação Europeia de Livre Comércio e da Comunidade do Caribe. Porém, muitos blocos já possuem propostas para a criação de um mercado comum. Tal como o mercado comum, a criação de moedas unitárias também está proposta em vários blocos, embora apenas quatro já tenham concretizado esse processo: UE, Caricom, Ecowas e Cead (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Além de fatores econômicos, os blocos regionais também são influenciados por aspectos políticos, sociais e militares. Uma das questões mais discutidas nas cúpulas dos blocos regionais é o estabelecimento da livre circulação de pessoas, ou seja, permitir que os habitantes de um país membro do bloco entrem em outro membro sem a necessidade de

uma documentação específica ou, em alguns casos, de passar pela alfândega. O tema gera debates acalorados, pois há quem defenda que a livre circulação estimula a migração de mão de obra especializada para regiões onde ela é necessária, como há quem alega que a livre circulação pode gerar desemprego, estimular o contrabando e aumentar a criminalidade.

De todos os blocos regionais em atividade apenas a União Europeia possui uma estrutura política supranacional com uma constituição comum, um conselho equivalente ao poder executivo e um órgão legislativo com membros de todos os países participantes eleitos diretamente para esses cargos. Além disso, a União Europeia possui vários órgãos regulatórios e instituições administrativas que auxiliam na efetividade do bloco. Poucos são os blocos que possuem propostas para a criação de um pacto político entre seus membros, pois a dificuldade para gerá-lo é muito grande uma vez que esse pacto exige um alto nível de consenso entre os países. Estes, por sua vez, precisam abrir mão de certos aspectos de sua soberania para se adequar ao processo de união supranacional (MENEZES; PENNA FILHO, 2006).

Mais aceita que a criação de um pacto político é a oficialização de um pacto de defesa mútua que consiste nas premissas básicas de que os países membros de um determinado bloco não entrem em conflito entre si e que, caso um país membro seja atacado por uma força estrangeira, os demais países do bloco se unirão para defender a nação atacada. Pactos como esse já são praticados pela União Europeia e pela Unasul entre outros blocos. O quadro 3 exibe um painel comparativo entre os principais blocos em atividade na sociedade mundial.

**Quadro 3 – Comparação entre blocos regionais**

Bloco regional	Zona de Livre Comércio	União econômica e monetária			Livre circulação		Pacto Político	Pacto de Defesa	
		União aduaneira	Mercado Comum	União monetária	Isenção de vistos	Fronteiras Abertas			
União Europeia	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	
Efta	em vigor		em vigor		em vigor	em vigor		em vigor	
Caricom	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	em vigor	proposto	proposto		
União Africana	Ecowas	em vigor	em vigor	proposto	em vigor	em vigor	proposto	proposto	em vigor
	Ceeac	em vigor	em vigor	proposto	em vigor	em vigor			em vigor
	EAC	em vigor	em vigor	propostas para 2015	propostas para 2012	proposto		propostas para 2015	



	Sadc	em vigor	em vigor	propostas para 2015	propostas comuns para 2016	proposto			
	Comesa	em vigor	proposto para 2012		propostas para 2018				
	UA – CFA	propostas para 2019	propostas para 2019	propostas para 2023	propostas para 2028			proposto para 2028	
Unasul	MERCOSUL	em vigor	em vigor	proposto para 2015		em vigor		proposto para 2014	
	CAN	em vigor	em vigor	proposto		em vigor			
		proposto para 2014	proposto para 2019	propostas para 2019	propostas para 2019	em vigor	propostas para 2019	proposto	em vigor
Eurasec		em vigor	em vigor	proposto para 2012	Proposto	em vigor			em vigor
Liga Árabe	GCC	em vigor	proposto para 2012	proposto	proposto	em vigor			
	Cuea	em vigor	propostas para 2015	propostas para 2020	proposto			proposto	
Asean		em vigor		proposto para 2015	proposto	em vigor		proposto para 2015	proposto para 2020
Cais		em vigor	proposto			em vigor	em vigor	proposto	
Cefta		em vigor							
Nafta		em vigor							em vigor
Saarc		em vigor							
PIF		proposto para 2021							

Fonte: MENEZES; PENNA FILHO, 2006.

É possível distinguir os blocos que possuem um grau mais avançado de integração, como a União Europeia, dos blocos estritamente voltados para interesses comerciais, como o Tratado Norte-americano de Livre Comércio – o Nafta –, que não possui nenhuma intenção de ampliação ou evolução no grau de sua integração. Também é perceptível a vontade de melhorar a cooperação entre países por meio dos blocos já que muitos deles possuem projetos para expansão de suas atividades (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). A integração criada pelos blocos é um caminho irreversível e é uma ferramenta a ser explorada pelos países para alcançar o desenvolvimento contínuo.

### 1.5 A política externa e os desafios brasileiros no mundo globalizado

Os primeiros anos do século XX foram marcados pela ascensão de uma nova potência econômica, política e principalmente militar na América do Norte, que emergiu

após um longo processo de industrialização e reestruturação das bases econômicas e desvinculação das nações europeias. Essa nação é os Estados Unidos, que adotaram uma política de expansão de cunho ideológico que abrangia o território latino-americano e reafirmava a liberdade da América no que se denominava Doutrina Monroe e no pensamento “América para os americanos”.

Na cronologia da política externa no que tange à linha de pensamento brasileiro, esse recorte histórico é o marco que fundamentou as bases e o alinhamento (não automático) aos ideais americanos. O Barão de Rio Branco expôs implícita e explicitamente a necessidade brasileira de fazer uso do “escudo americano” para atingir seus objetivos e desenvolvimento sem, no entanto, interferir na soberania do país.

As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas limieiros<sup>36</sup> (CERVO; BUENO, 2008, p. 177).

Idealizada originalmente como proteção e não ingerência, a Doutrina Monroe administrava as nações menos desenvolvidas e as distanciava econômica e politicamente da Europa. Rio Branco posicionava-se a favor da proposta americana e do remanejamento da doutrina por meio do Corolário Roosevelt.<sup>37</sup> Era evidente que o Brasil era visto como um agente dentro do subsistema e da política americana na América Latina, em especial pelo fato de a Argentina ainda manter fortes laços com a Grã-Bretanha, o que era visto como uma aliança imperialista.

Rio Branco via nos Estados Unidos a força com a qual a nova ordem mundial seria definida. A aproximação fortalecia o Brasil e se tornava uma alternativa viável e única para explorar as oportunidades que o alinhamento oferecia. O mundo já não era mais regido pelo Concerto Europeu<sup>38</sup> e pela hegemonia das potências europeias como no século anterior. O realismo do momento e a percepção de Rio Branco, juntamente com a

---

<sup>36</sup> A palavra limieiro se refere à limite, ao que é limítrofe.

<sup>37</sup> O Corolário Roosevelt era uma reestruturação da Doutrina Monroe que a tornava mais incisiva e ofensiva e posicionava os países sul-americanos como parte da influência norte-americana, declarando, assim, proteção aos interesses da América.

<sup>38</sup> O Concerto Europeu foi instituído por um acordo formulado entre Rússia, Prússia, Áustria, Grã-Bretanha e França. Esse acordo buscou o debate de temas que pudessem causar beligerância e/ou alterar o equilíbrio europeu.

transparência nos discursos, deixa evidente a ausência de uma aliança forte suficiente para fazer afronta ao poder americano, principalmente pela falta de união e coesão das nações hispânicas.

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro (CERVO; BUENO, 2008, p. 185).

A diplomacia praticada por Rio Branco defendia a soberania e o território brasileiro ao mesmo tempo que buscava aliados sul-americanos. Os ideais do pan-americanismo<sup>39</sup> e a conjuntura global geravam conflitos entre as nações hispânicas, sobretudo no que se refere aos limites territoriais e à presença dos Estados Unidos no continente. Por outro lado, Rio Branco estabeleceu uma política externa coerente, objetiva e inovadora em relação aos países sul-americanos, particularmente no rio da Prata.

A primazia pela manutenção da paz e da defesa de possíveis invasões extra-hemisféricas fundamentou a Política Externa Brasileira no início do século XX e, conseqüentemente, criou oportunidades e desafios devido à grande influência dos Estados Unidos. Os princípios básicos dessa política passaram a ser vistos pela Argentina como pretensiosos e imperialistas já que utilizavam os Estados Unidos para fomentar e fortalecer o Brasil em suas intenções. Todavia, ainda que o rearmamento naval brasileiro em 1904-1906 tenha despertado mais desconfiança nas nações hispânicas, a abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o favorecimento da estabilidade política regional praticada por Rio Branco mostravam, em contrapartida, que a política externa não divergia na totalidade das décadas anteriores (CERVO; BUENO, 2008).

Ainda que com cautela, Rio Branco tentava desse modo retomar o prestígio brasileiro e conquistar a simpatia das nações sul-americanas, como Paraguai, Uruguai e Chile, a fim de evitar que o pensamento desencadeado por Estanisláo Zeballos, principal líder da oposição à política de Rio Branco, tivesse êxito em influenciar ideologicamente as nações vizinhas. Segundo Rio Branco:

A estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem servido para conter suas veleidades [dos argentinos] de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru (CERVO; BUENO, 2008, p. 195).

---

<sup>39</sup> Esse movimento procura unir as nações da América sob diversos pontos econômicos, políticos e diplomáticos em prol do desenvolvimento e de interesses comuns.

Além dessa aproximação no campo das relações diplomáticas e políticas, destaca-se também a resolução de litígios regionais, como a Questão do Acre<sup>40</sup> – resolvida via negociações diretas com a Bolívia –, do Amapá com a França e da Guiana inglesa, fazendo com que Rio Branco se tornasse o marco da Política Externa Brasileira. Convém registrar ainda que o uso da força não fora empregado em nenhuma de suas resoluções e, na maioria das vezes, as decisões foram tomadas por arbitramento.

Juntamente com as ações de cunho regional destacava-se principalmente sua preocupação com os temas territoriais brasileiros e o rumo que a Política Externa Brasileira tomaria nas décadas vindouras, com ou sem a união Brasil-Argentina e a estabilidade política. Essa constância em seus atos e discursos se deu em sua gestão no Ministério das Relações Exteriores quando buscou a aproximação das três maiores nações sul-americanas – Argentina, Brasil e Chile –, denominada num projeto de cordial perspicácia como ABC. Para Rio Branco, entretanto, tal acordo só deveria conter, única e exclusivamente, tais nações, em conjunto com o México e Estados Unidos. Conforme suas palavras:

Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil (CERVO; BUENO, 2008, p. 196).

Durante os dez anos em que ficou à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), Rio Branco demonstrou e conservou o nacionalismo, exaltou a defesa do território brasileiro e trabalhou pela paz na América do Sul ao consolidar as fronteiras entre os países. Rio Branco também foi importante ao estabelecer uma aliança anticolonialista não declarada com os Estados Unidos. O panorama das Relações Internacionais nesse contexto serviu como base para as duas décadas posteriores, ainda que as perspectivas fossem diferentes os agentes permaneceriam os mesmos, assim, a parceria entre Brasil, Chile e Argentina seria imprescindível para manter o equilíbrio regional.

A manutenção do *status quo* foi um dos temas centrais no debate da Política Externa Brasileira, enaltecido pela conformidade de que não havia ainda uma nação sul-americana que conseguisse suportar uma eventual intervenção europeia. O exercício da então hegemonia defensiva de Rio Branco colaborava também para o sentimento

---

<sup>40</sup> A Questão do Acre ocorreu quando Luís Galvez Rodrigues de Arias proclamou a República do Acre em 1899 e exigiu sua anexação ao Brasil. O Barão de Rio Branco optou por comprar o território boliviano e peruano e estabeleceu suas fronteiras por meio do Tratado de Petrópolis, assinado entre os três países em 1903.

antibrasileiro por parte dos países limítrofes que se sentiam ameaçados e pressupunham que o Brasil tinha intenções imperialistas na região.

A espinha dorsal da política americana na América do Sul, portanto, era o Brasil. Não somente pela dimensão territorial ou pela abundância de recursos e matérias-primas (ainda que esses fatores fossem suficientes para tal interesse), mas também pela localização geográfica estratégica do país que proporcionava uma maior penetrabilidade nas demais nações limítrofes, tanto ideológica quanto economicamente (CERVO; BUENO, 2008).

O então conhecido *soft power* americano do século XXI teve seu início na América Latina a partir desse viés político de fragilidade pelo qual passavam as recém-proclamadas repúblicas sul-americanas durante o século XIX e XX. Como ressaltado anteriormente, a Política Externa Brasileira permitia que essa influência fizesse parte do cotidiano sem se subjugar totalmente à vontade americana. Era evidente que na eclosão da Primeira Guerra Mundial seria definido o grupo dos países que sairia hegemônico e que permaneceria aliado nas próximas décadas.

Após a morte de Rio Branco, a tentativa brasileira de inserção num contexto hemisférico ao lado da potência americana na década de 1920 se viu à mercê dos interesses norte-americanos que se reafirmaram de forma assimétrica. A dificuldade de criar uma política externa nova e efetiva que conseguisse proteger o comércio se tornou latente não só pela dependência econômica, mas pelas dificuldades de captação de investimentos externos.

Esse frequente desapontamento com a interface político-diplomática fez com que o Brasil tentasse se distanciar da dependência para obter autonomia e poder de barganha no cenário internacional. O reordenamento mundial sinalizava a necessidade de busca de uma estratégia concisa e objetiva que não só inserisse o Brasil nas rodadas de negociação, mas projetasse a imagem da América do Sul como uma força a ser reconhecida. Assim, os últimos anos da República Velha (1912-1930) representaram a dependência passiva diante dos Estados Unidos.

A neutralidade brasileira perante a guerra declarada em 1914 gerou ainda mais problemas visto que as exportações diminuíram e os investimentos não chegavam até as indústrias. Entretanto, o pensamento a respeito do caráter econômico do conflito e suas vantagens foram discutidos arduamente até que após os ataques alemães às embarcações

brasileiras no Atlântico, o Brasil declarou estado de guerra contra a Alemanha (FONSECA JÚNIOR; NABUCO, 1996).

Em decorrência desse posicionamento brasileiro a favor das forças aliadas, houve um aumento expressivo no intercâmbio comercial entre Brasil e EUA e a consequente diminuição desse intercâmbio com a Alemanha. Durante e após a guerra, diversos incentivos foram oferecidos para o Brasil, incluindo frotas navais, aviões e armamentos militares a preço de custo, bem como a implantação de indústrias inglesas e uma embaixada a fim de demonstrar o “apreço” pelo apoio cedido na Primeira Guerra Mundial.

As décadas posteriores foram marcadas por dificuldades na exportação devido à elevação das tarifas alfandegárias dos parceiros econômicos e, principalmente, à crise de 1929, que desarticulou ainda mais a Política Externa Brasileira. Decorrente desse processo de dificuldades e perda do prestígio brasileiro, após a década de 1930 busca-se a reconfiguração das ações externas valendo-se da política externa como instrumento de projeção e ferramenta facilitadora no processo de industrialização.

O período governado por Getúlio Vargas inseriu uma nova perspectiva à economia brasileira, ainda que as oportunidades afora fossem escassas e a indústria brasileira se encontrasse num estágio embrionário e necessitasse de proteção para atingir o desenvolvimento. As antigas estruturas da política ainda permaneciam, entretanto, a diplomacia tentava de forma incisiva atingir a Europa e expandir o mercado que ainda sentia os efeitos negativos da crise de 1929 e a da revolução de 1930.

O então chanceler Afrânio de Melo Franco manteve a política externa anterior não deixando de lado as questões fronteiriças enquanto enfatizava a importância de ampliar o comércio e conquistar espaço nas negociações.

No curso da década de 1930, as transformações econômicas e sociais levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional. Embora sem descurar dos interesses das exportações tradicionais, a Política Externa Brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente que o período anterior [...] (CERVO; BUENO, 2008, p. 234).

O Brasil passava por uma transformação estrutural e buscava desenvolver sua indústria de base (em especial a siderúrgica), alinhar sua política com os interesses nacionais e utilizar sua influência regional. A retomada das relações com a Alemanha após

o Tratado de Versailles<sup>41</sup> representou nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial um expoente nas Relações Internacionais brasileiras.

No governo de Getúlio Vargas, o Brasil fazia uma espécie de jogo de interesse entre a Alemanha e os Estados Unidos para barganhar seu envolvimento e apoio em troca de investimentos no país. Historicamente, essa estratégia se devia também ao relacionamento que o Brasil manteve com a Alemanha principalmente no período de 1934-1937, consequência dos movimentos internos brasileiros pró-eixo e de uma diminuição temporária nas relações com os EUA (CERVO; BUENO, 2008).

Ainda no contexto comercial, o governo brasileiro firmou mais de 33 acordos comerciais com Áustria, Bélgica, Grão-ducado de Luxemburgo, Polônia, Iugoslávia, Índia, Colômbia, Letônia, Lituânia etc. O país ainda estendeu seus acordos até a Nova Zelândia e à União Sul-africana. Contudo, o que invalidou parte dessas alianças comerciais foi a constatação brasileira de que as nações europeias buscavam outros recursos para tornar sem efeito a cláusula de nação mais favorecida, ou seja, não haveria mais a redução tarifária no comércio (CERVO; BUENO, 2008).

Na esfera regional, Afrânio de Melo buscava reatar as relações diplomáticas com o Peru e o Uruguai, o que reafirmaria os ideais do pan-americanismo e daria início ao pensamento regionalista. Ao agir como mediador nas disputas territoriais entre os países contíguos, o Brasil mostrou no decorrer das décadas que a base de sua diplomacia estava engajada em promover a união regional.

Devido à crescente participação popular e aos conflitos sociais que ocorreriam conseqüentemente, o sistema político brasileiro necessitava de reação. Com o plano de desenvolvimento de Vargas e a entrada de Oswaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores, em 1938, as relações com os Estados Unidos melhorariam novamente em função da preocupação americana em evitar a inclinação brasileira às ideologias das potências do eixo (em especial da Alemanha e da Itália) e também em função da crise na relação entre Alemanha e Brasil.

A chamada missão Aranha, em 1939, teria como pressuposto debater questões políticas, econômicas, comerciais e financeiras entre Brasil e EUA, com vistas ao incremento das exportações e à assistência econômica por parte dos americanos ao governo brasileiro. Essas ações espelhavam-se ainda nos modelos instaurados por Franklin D. Roosevelt anteriormente, com o preceito da “política da boa vizinhança”. As dificuldades

---

<sup>41</sup> Tratado de paz celebrado em 1919 entre as potências europeias e que encerrou a Primeira Guerra Mundial.

de efetivar esse projeto, no entanto, se davam pela resistência interna em aceitar um acordo definitivo com os EUA até mesmo por parte do governo brasileiro.

Como segunda alternativa de reaproximação, em setembro de 1939 o Brasil se reuniu na chamada Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas para chegar a um consenso sobre o posicionamento brasileiro em relação ao conflito. A reunião resultou ainda na defesa da neutralidade brasileira perante a guerra, o que só viria a mudar após o período de 1935-1941, com o término definitivo da chamada “equidistância pragmática” (CERVO; BUENO, 2008).

Ainda com o apoio brasileiro, dificuldades permeavam as Relações Internacionais com os EUA. De um lado, as relações comerciais se aqueceram novamente e ganharam respaldo no decorrer da guerra, mas, de outro, ainda notava-se o receio dos americanos em fornecer armamentos e treinamentos militares ao Brasil em razão das relações mantidas com a Alemanha anteriormente. O governo de Vargas ainda possuía simpatia pelo eixo e isso causava um sentimento de desconfiança nos Estados Unidos, mesmo com a retração do comércio entre Brasil e Alemanha.

Em 25 de setembro de 1940, Oswaldo Aranha enviou aos Estados Unidos a delegação que concluiu o acordo definitivo entre Brasil e o governo americano no qual seria concedida ajuda financeira e tecnológica ao Brasil para construção de uma usina siderúrgica. Mesmo com a incoerência entre os discursos internos de Vargas e as ações externas, a Política Externa Brasileira na Segunda Guerra Mundial conseguiu atingir com êxito o objetivo e, em 1941, tornou-se realidade o projeto da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Para os Estados Unidos, a implantação da siderúrgica significava não somente a presença e o apoio brasileiro, mas também o aumento na demanda brasileira de bens e serviços e o distanciamento do Reich. A captação de investimentos externos e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial despertaram a economia e fortaleceram a política brasileira que, em 1945, começava a traçar outros objetivos.

Em conjunto com a mudança do paradigma das Relações Internacionais e a reestruturação do cenário global, o término da guerra representou um recorte histórico com duas potências em ascensão e uma confrontação ideológica e política na qual a América Latina tinha papel secundário no âmbito do desenvolvimento e investimento norte-americano.



Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a criação da Organização das Nações Unidas, a geopolítica mundial entrou em um processo de fragmentação. Nele, os Estados estavam divididos entre Leste-Oeste, sob as chamadas zonas de influência. A princípio, partes das nações vencedoras da guerra tinham sido destruídas, as economias não conseguiam se reerguer, as indústrias de base necessitavam de investimentos e a Europa se encontrava num estado de falência.

Com a necessidade de reconstrução, os europeus foram financiados pelos Estados Unidos, com o chamado Plano Marshall ou Programa de Reconstrução Europeia, que investiu em assistência econômica e técnica. Do outro lado, a potência do leste europeu, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), emergia com um poderio militar fortalecido durante o período de guerra e um potencial econômico e político que ameaçava a hegemonia americana (FONSECA JÚNIOR; NABUCO, 1996).

Nesse cenário de confrontação política e sobretudo ideológica entre os modelos capitalista e socialista, os Estados Unidos mantiveram uma política externa de domínio hegemônico e manutenção do poder, utilizando-se do *hard power* – mensurado pelo poder militar da época – para intimidar o socialismo soviético. A Política Externa Brasileira, porém, se adaptava a uma ordem internacional bipolar em que sua representatividade ao lado dos Estados Unidos era restringida pelos interesses americanos na Europa.

Por ter sido a ligação entre a política norte-americana e a América Latina, o Brasil esperava uma relação mais próxima com os americanos, em especial no que se refere às questões macroeconômicas.<sup>42</sup> O desapontamento em relação às prioridades dos Estados Unidos – com a Europa, o Oriente Médio, a Ásia e a África – fizeram com que o Brasil procurasse meios alternativos para seu desenvolvimento.

No período de adesão brasileira ao modelo capitalista, o liberalismo econômico e a abertura econômica extremada foi um retrocesso no projeto de desenvolvimento de Vargas. Mas, na gestão de Eurico Gaspar Dutra e do chanceler Raul Fernandes, houve a aproximação com os EUA, a ruptura de relações econômicas com a URSS e a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que integrava o sistema interamericano ao sistema mundial e previa a manutenção da paz hemisférica (FONSECA JÚNIOR; NABUCO, 1996).

---

<sup>42</sup> É o estudo do comportamento agregado de uma economia, ou seja, das principais tendências da economia no que diz respeito principalmente à produção, à geração de renda, ao uso de recursos, ao comportamento dos preços e ao comércio exterior.

Esse tratado serviu de base para nortear as negociações norte-americanas. No segundo governo de Getúlio Vargas houve uma exigência intensa relativa aos investimentos de capitais no país. Na IV Reunião de Consulta ficou clara a nova política exterior de cooperação brasileira com os EUA, o que reiterou que o Brasil

[...] considerava baixo o nível de investimentos de capitais privados e pedia o estímulo oficial norte-americano para aumentar seu fluxo e para que não houvesse discriminação contra o Brasil nas medidas de cooperação que têm sido adotadas em relação a outras partes do mundo (CERVO; BUENO, 2008, p. 275).

Essa reivindicação marcou a postura brasileira perante o impasse e abandono que o país sofreu no pós-guerra e fundamentou as políticas posteriores de tal forma que gerou discussões e a criação de organizações latino-americanas. Em 1956, com a entrada de Juscelino Kubitschek como presidente, manteve-se a política externa e a conciliação do processo de industrialização, da abertura de mercado e da retomada do comércio com a Europa após sua volta às Relações Internacionais econômicas.

A tentativa de despertar o interesse americano na América Latina fora bem-sucedida e fez Juscelino Kubitschek criar a Operação Pan-americana (OPA) que vislumbrava adotar medidas para acabar com a pobreza no continente por meio da inter-relação entre as nações subdesenvolvidas e o fomento à produção industrial. Para os EUA, a visão mostrada pelas nações subdesenvolvidas era que a pobreza estava relacionada às crises e revoltas contra a democracia que alguns países latino-americanos sofriam, o que indicava que o desenvolvimento traria prosperidade (FONSECA JÚNIOR; NABUCO, 1996).

Na teoria, essa operação traria diversos benefícios e investimentos, mas, na prática, pouco foi feito e a falta de investimentos externos inviabilizava o projeto. Contudo, deve-se a essas iniciativas e à luz do pensamento desenvolvimentista a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1960, da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc), em 1960, e, posteriormente, da Aliança para o Progresso.

A criação de um mercado comum latino-americano e o crescimento conjunto das nações passaram a ser temas de debate e, após 1961, deu-se a terceira fase da Política Externa Brasileira com temas mais abrangentes que abordavam desde o questionamento do alinhamento com os EUA até temas relativos à multilateralidade e interdependência, em consonância à cooperação Sul-Sul.

A ênfase no plano político internacional e o papel de suas organizações na reconfiguração do mundo contemporâneo é a chave do pensamento político brasileiro após a metade do século XX.

Apenas a partir da segunda metade do século XX, e com maior vigor a partir dos anos 1960, os acordos multilaterais começaram a suplantam os instrumentos bilaterais enquanto mecanismos reguladores da vida econômica das nações [...] os instrumentos multilaterais passam a estar no centro da reconstrução da ordem econômica internacional, que começou a ser elaborada, sob a égide da ONU, em bases essencialmente contratuais e institucionalistas (ALMEIDA, 2002, p. 234).

O rompimento da unilateralidade derrubou as barreiras limitadas do pensamento de cooperação e interdependência. Com a multilateralidade, o Brasil passou a compreender o “jogo de xadrez” mundial de uma forma horizontal na cooperação Sul-Sul, sem esquecer as barreiras e as dificuldades da verticalização Norte-Sul. O recorte histórico da Guerra Fria explana claramente essa ruptura e a evolução do pensamento econômico global, ainda que limitados por uma possível beligerância e por doutrinas e ideologias.

Entretanto, o cenário internacional estava prestes a sofrer alterações significativas que alterariam uma multipolaridade regida por potências dos dois hemisférios para uma bipolaridade caracterizada pelo pragmatismo, por ideologias políticas/econômicas e por modelos e sistemas que dividiriam o mundo, o que redefiniria as alianças e o panorama das Relações Internacionais (CERVO; BUENO, 2008).

Com San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, houve um amadurecimento do ideal nacionalista, ou seja, da valorização do Brasil como potência intermediária e capaz de formular sua própria política sem intervenções externas. O conceito que tinha sido deixado em segundo plano antes dos anos 1960 renasce e surge a Política Externa Independente (PEI) que significava a soberania e a reforma social, ou seja, justamente a não dependência dos EUA nas decisões. Isso representava uma ameaça à hegemonia norte-americana e perdurou até o golpe militar e a entrada de Castelo Branco no poder.

Com a ditadura militar há um atraso no programa de alianças e desenvolvimento e no multilateralismo, principalmente no que se refere à distanciação dos EUA que voltam a influenciar novamente o governo brasileiro e sucede-se novamente a subordinação aos norte-americanos em troca de incentivo econômico, suporte para fomentar os problemas socioeconômicos.

O Brasil se via então como uma nação intermediária que buscava alternativas, capital externo e parcerias com as nações desenvolvidas e da América Latina. Ernesto

Geisel, em 1974, assumiu o governo em um período transitório interna e internacionalmente. Nesse período, o regime militar já estava ruindo gradativamente, a censura havia sido suspensa e o sistema internacional passava pela crise do petróleo e pelas inconstâncias causadas pela disputa de poder entre Leste-Oeste.

Na década de 1970, a Política Externa Brasileira foi de extrema importância para determinar o rumo econômico que a nação teria nos próximos anos, visto que a queda das barreiras ideológicas e a aproximação da Europa do continente latino-americano proporcionariam novas possibilidades e parcerias para os países subdesenvolvidos. O Brasil agora tinha que rever as prioridades e traçar objetivos. Com isso, o governo Figueiredo manteve a mesma orientação política do governo anterior e priorizou as relações comerciais com os países que oferecessem vantagens e sobretudo com a Argentina que se reaproximou do Brasil nos anos seguintes e se tornou um dos principais parceiros econômicos da América do Sul.

As fases bem definidas da ditadura, portanto, proporcionam um panorama geral da Política Externa Brasileira do século XX: o início se deu com Castelo Branco e o alinhamento automático, perpassou por Costa e Silva, Junta Militar e Médici (1967-1974) e houve o retorno do pensamento nacionalista e de defesa dos interesses nacionais, o que conciliou a fase do milagre econômico com a abertura de novos mercados. Iniciaram-se, assim, os governos de Geisel e Figueiredo (1974-1985), com o chamado “pragmatismo responsável”, com o resgate da Política Externa Independente e com o prestígio nacional em prol do crescimento, tendo como fundamento uma política autonomista e desenvolvimentista (CERVO; BUENO, 2008).

Levando em conta as características relevantes desse período, nota-se que, com exceção do governo Castelo Branco, a política brasileira buscava a ampliação de mercado e a diminuição da dependência comercial com os EUA. As relações com os países contíguos hispânicos, a África, o Oriente Médio e a Ásia foram cruciais para incentivar a indústria brasileira e aumentar o fluxo de exportações de manufaturados e serviços.

A política externa era utilizada como um dos instrumentos para o desenvolvimento e expansão da diplomacia brasileira, de tal forma que abrangia as nações socialistas do leste europeu, as “potências intermediárias” e especialmente os países subdesenvolvidos da América do Sul. Os problemas sociais e a dificuldade de manter as estruturas sociais geravam, contudo, um entrave no crescimento do país, ainda que, no plano externo, tenha

se mostrado eficiente e conquistado a posição de prestígio entre as dez maiores economias do mundo.

A aproximação do Caribe e da América Latina como um todo e a representação brasileira nas discussões econômicas e rodadas de negociação endossavam a política de cooperação regional. Assim:

A aproximação com a América Latina e o Caribe foi determinada por fatores endógenos e exógenos: a função da política externa para a região, como para o resto do mundo, permaneceu com o fim de viabilizar o setor ante as demandas do desenvolvimento e da segurança nacionais, mediante o incremento das exportações, de ações cooperativas bilaterais e multilaterais e da boa convivência [...] (CERVO; BUENO, 2008, p. 405).

Nesse período, o Brasil fortaleceu os laços com o México e também voltou a se relacionar com Cuba após o hiato pelo conflito com os EUA. No que tange à política externa extra-hemisférica, o governo Sarney manteve as diretrizes dos governos anteriores de diversificação da presença brasileira no exterior, com destaque para os países do oeste europeu, que viam na redemocratização um ponto forte de investimento. A reestruturação da política interna do governo em consonância com a política externa, subdividida em frentes de ação, resultou na integração da América Latina ao novo paradigma das Relações Internacionais (CERVO; BUENO, 2008).

A aproximação, ainda que restrita, a determinados países do leste europeu também era um diferencial na política externa de Sarney: era a primeira vez que um Ministro das Relações Exteriores brasileiro (Olavo Setúbal) visitava Moscou. Em 1988, próximo à ruptura do modelo bipolar e à queda do muro de Berlim, Sarney visitou a URSS e incrementou as relações econômicas. Nesse mesmo momento, na Ásia, elevou-se o estreitamento nas relações com a China de Deng Xiaoping. No continente africano, o Brasil defendia sua posição a favor da descolonização e colocava em prática seus ideais relativos à autodeterminação dos povos e manutenção da paz.

O contexto de integração e cooperação permitia uma projeção internacional do Brasil e resultaria, em 1991, na criação do projeto de integração entre as nações sul-americanas, o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Com a queda do muro de Berlim e o término da Guerra Fria, a posição de liderança regional brasileira se tornava, sem a pretensão de o ser, uma ameaça às intenções norte-americanas. O Mercosul fortalecia o movimento regionalista e criava um círculo concêntrico que, *a priori*, tentava englobar as potências médias e emergentes e as nações recém-independentes do continente africano que compartilhavam dos mesmos desejos da política latino-americana (CERVO; BUENO, 2008).

Em resposta a essa política externa regional e de fortalecimento da identidade das nações do Sul, os Estados Unidos criaram o North American Free Trade Agreement (Nafta) que influenciava individualmente as nações do continente sul-americano, à exemplo do Chile. O Brasil, em contrapartida, assinava acordos de cooperação econômica com a União Europeia (1995) e utilizava da “estabilidade momentânea” advinda do plano real no governo de Fernando Henrique Cardoso, para incentivar parte da indústria nacional e captar investimentos externos e capital estrangeiro.

O neoliberalismo trazia à tona uma nova perspectiva de mercado e aumentava o risco de uma crise ter consequências catastróficas na economia global e, principalmente, na brasileira. Os anos vindouros que seguiram a presidência de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, foram

[...] determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional na passagem do século XX para o XXI. O primeiro nutria suas ideias e decisões com a filosofia política do neoliberalismo, o segundo, com a do centro-esquerda sindical [...] Cardoso, o neoliberal que se tornou cético ao elaborar o conceito de globalização assimétrica, abriu a porta para seu sucessor, que adotou esse padrão com o fim de promover a inserção interdependente do país (CERVO; BUENO, 2008, p. 491).

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a Política Externa Brasileira sofreu alterações e mostrou um esgotamento nas matrizes neoliberais, em especial após a crise de 1999 que denunciou a vulnerabilidade do país perante as nuances da economia mundial. Esse processo foi acompanhado da redefinição da importância do Mercosul e da América do Sul para o Brasil que atingiu um papel fundamental na inserção internacional. As questões relativas às assimetrias de poder do sistema internacional auxiliaram a reafirmar o caráter político regional de tal forma que criou um modo de balancear o poder na América.

A política que se segue na era Lula mantém as bases liberais e promove incentivos à indústria nacional e à exportação com subsídio às áreas de maior peso econômico e procura de parcerias bilaterais. O conceito principal recai, no entanto, sob o termo “multilateralismo da reciprocidade”, definido pela abertura econômica e busca de parcerias estratégicas sem, entretanto, manter um comércio desigual com as nações desenvolvidas.

Essa política, atrelada a uma diplomacia participativa, despertou o interesse de nações asiáticas – em especial da China e do Japão – e da Europa em criar estruturas facilitadoras e projetos que pudessem ser utilizados no comércio com o Brasil, a exemplo dos acordos efetivados com a União Europeia que abrangem economia, política e cultura.

A ênfase da política exterior brasileira do século XXI é a de real interdependência e realização de interesses por meio de negociações em múltiplas esferas e, principalmente, da internacionalização econômica acentuada nos últimos dez anos.

As coalizões formadas desde 2004 mostram uma evolução gradual do pensamento regionalista, porém, sem intervir na atividade diplomática nas outras regiões. O alinhamento das potências emergentes do século, ou seja, de Brasil, Índia, China e Rússia – essa ainda com problemas sociais e crises constantes –, traz um realinhamento da matriz do poder, ou seja, contrabalança as influências dos EUA em detrimento da defesa dos interesses comuns nas nações em desenvolvimento.

O governo Lula reestruturou a agenda brasileira e incorporou temas que fizeram com que o Brasil ganhasse notoriedade e assumisse definitivamente a liderança na representação da América do Sul. Os debates com as grandes potências nas reuniões do G20 e o anseio por um assento no Conselho de Segurança da ONU se tornaram os principais objetivos da política brasileira e permaneceram no governo de Dilma Rousseff.

Ainda que a multilateralidade seja o caminho para o Brasil e o norte da diplomacia atual, o bilateralismo se mostra dinâmico e a complementaridade faz com que essa característica marcante do mundo globalizado possa mudar no decorrer da próxima década.

[...] no mundo da globalização, toda atenção convém devotar ao bilateralismo, caminho vital para realização de interesses nacionais. É tentador, aliás, visto que multilateralismo e integração tornam-se duas tendências em declínio, ao tempo em que o andar solto dos Estados nacionais apresenta-se como tendência em alta (CERVO; BUENO, 2008, p. 521).

A percepção brasileira do mundo globalizado contemporâneo e a complexidade das inter-relações entre as nações no cenário mundial e principalmente regional exprimem, portanto, uma nova geopolítica das Relações Internacionais, com a formação de “blocos” complexos que abrangem interfaces econômicas, políticas, sociais e culturais. Concomitantemente, as semelhanças e proximidades geográficas são fatores determinantes para compreender a atuação da Política Externa Brasileira na atualidade.

É importante, no entanto, ressaltar a que a ascensão da sociedade global coincide com a intensificação da interdependência das nações. O crescimento da interdependência e a conseqüente redução da importância das fronteiras estatais são causa ou efeito dos fenômenos apontados no presente capítulo: a globalização econômica e a revolução tecnológica, a globalização comercial e o fortalecimento das organizações internacionais.

## **CAPÍTULO 2:**

### **O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O ensino das Relações Internacionais no Brasil até meados dos anos 1970, se cotejado com as outras áreas de pesquisa – como movimentos sindicais, questões agrárias, conflitos sociais, política partidária etc. – recebeu parca contribuição do meio acadêmico para sua expansão. Em 1974, a Universidade de Brasília (UnB), privilegiada pelo próprio *locus*, criou o primeiro curso de Relações Internacionais no país. A condição de capital federal fez de Brasília um ambiente natural ao desenvolvimento desse campo de estudos, pois reunia, além do próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE) e das representações diplomáticas, todos os órgãos da administração pública federal e dos poderes legislativo e judiciário. A participação de diplomatas no quadro docente da UnB constituiu um fator de importância para a consolidação do curso e ofereceu uma visão sistêmica das relações internacionais e da política externa brasileira.

O foco deste capítulo está na apresentação do panorama complexo que é o ensino das Relações Internacionais, sua interdisciplinaridade, os campos de estudo e as principais teorias e vertentes do pensamento da ciência política, social e a respectiva relação com as demais disciplinas, como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Direito e Economia. Combinadas, essas disciplinas oferecem uma visão integrada da inserção internacional do Brasil. Além disso, este capítulo também analisa as perspectivas e os impactos do aumento da demanda por profissionais da área no Brasil, trata, de forma sucinta e objetiva, das problemáticas referentes à relação entre demanda e procura pelos cursos de graduação e pós-graduação e faz ainda uma análise do papel das instituições de ensino superior no atendimento a esses desafios.

#### **2.1 Introduzindo o objeto de estudo das Relações Internacionais**

No decorrer da última década, a intensificação do comércio, a integração entre os países, as crises internacionais e o processo de fragmentação e regionalização resultaram na percepção da crescente importância das Relações Internacionais no cenário das nações. A globalização e a mudança da Política Externa Brasileira ocasionaram a necessidade e a demanda por profissionais qualificados e preparados para exercer suas respectivas funções



em ONGs, empresas privadas, organizações internacionais e instituições nacionais/governamentais.

Para as empresas, contratar um profissional de Relações Internacionais, capaz de traçar um plano de ação e inserção internacional, tornou-se necessário, visto que o diferencial gera resultados e projeções que auxiliam na tomada de decisões. Dessa forma, a política internacional e os múltiplos temas que a compõem começaram a estar mais presentes na agenda de discussão mundial e na agenda brasileira, agindo ao lado da diplomacia.

Como afirma Mingst (2008), as Relações Internacionais não são presenciadas só no campo externo, mas também na vida diária, por meio da informação que chega aos indivíduos e os deixa a par dos eventos que ocorrem internacionalmente.

Todavia, os eventos que aparentemente acontecem de forma isolada e não estão relacionados entre si podem se tornar importantes para a sociedade.

Além desse pensamento, deve-se também reparar que muitos dos acontecimentos relativos à Organização das Nações Unidas (ONU), ao comércio internacional, aos debates na Organização Mundial do Comércio (OMC) e à assinatura de acordos bilaterais e/ou multilaterais impactam diretamente no país, seja na forma de oportunidades de emprego – com captação de investimentos externos e instalação de multinacionais no território –, seja na própria projeção brasileira no exterior.

[...] a variedade de protagonistas presentes nas Relações Internacionais inclui não apenas os 192 Estados conhecidos no mundo de hoje e seus líderes e burocracias governamentais, mas também câmaras municipais, organizações privadas com e sem fins lucrativos, organizações internacionais e você. [...] é o estudo das interações entre os vários protagonistas que participam da política internacional, incluindo Estados, organizações internacionais, organizações não governamentais, entidades subnacionais, como burocracias e governos locais e indivíduos (MINGST, 2008, p. 2).

O estudo das Relações Internacionais é, portanto, composto por uma análise do sistema internacional junto a suas variáveis e seus atores.

Os problemas ou questões internacionais, além de se colocarem no tradicional plano diplomático, tendem a extravasar para os níveis ortodoxos da ideologia e da estratégia e heterodoxos das relações transnacionais e da construção de arranjos supranacionais. A ordem internacional, que, sob certos aspectos, passa por mudanças aceleradas, permite, por outro lado, a fossilização de práticas e arranjos institucionais, que já não correspondem às necessidades correntes (SARDENBERG, 1982, p. 13-14).

As práticas referidas por Sardenberg que ainda existem no meio internacional são os debates que tratam da hegemonia americana e europeia e de um modelo que continua engessado no decorrer de décadas, ou seja, o modelo de distribuição de poder. As Relações Internacionais possuem uma ampla dimensão de áreas, mas, entre elas, a ciência política é uma das mais influentes no que se diz respeito à interação política e social entre os Estados nacionais. Além da ciência política, as Relações Internacionais resultam das análises integradas de outros campos de conhecimento, como a História, a Geografia, a Sociologia, a Filosofia, o Direito e a Economia.

A política exterior e o meio internacional fornecem elementos para que se compreendam o paradigma atual e as interrelações entre os atores globais. Os questionamentos relacionados ao presente só podem ser explicados se estudados desde o princípio, para que se possa compreender as teorias, os conceitos e a dinâmica envolvida nos acontecimentos. Usualmente, costumam-se ver recém-formados e até mesmo profissionais de outras áreas se indagando sobre o que seria um internacionalista ou o porque do profissional de Relações Internacionais não exercer uma função dentro do comércio exterior (SARDENBERG, 1982).

Embora as duas áreas estejam conectadas – ainda que cada uma em sua respectiva função –, as Relações Internacionais têm por objetivo primeiro desenvolver uma visão macro do plano externo e analisar as controvérsias referentes a litígios diplomáticos e negociações internacionais entre nações, empresas privadas ou organizações. Por outro lado, o comércio exterior age fortemente na área burocrática das negociações e dos acordos comerciais e exerce papel fundamental na assessoria e consultoria às empresas, com pleno conhecimento das regras de exportação e desembaraço aduaneiro.

O desempenho de uma nação, dos agentes políticos e diplomáticos e da sociedade é um fator que está correlacionado ao cenário internacional, à ordem mundial e ao sistema internacional como um todo. Em suma, as Relações Internacionais não se limitam simplesmente a um campo específico de estudo, mas a vertentes, pensamentos, teorias e análises que contribuem para o desenvolvimento de uma nação, empresa ou organização.

## **2.2 A demanda pelas Relações Internacionais**

A demanda do mercado das Relações Internacionais no Brasil é e ainda será restrita nos próximos anos no que diz respeito às áreas específicas. O que se entende por áreas

específicas? A matriz curricular de uma faculdade não tem como prerrogativa simplesmente forçar o aluno a cumpri-la de forma sistêmica, mas estimular seu interesse em temas específicos que eram previamente procurados (ou não, como ocorrem em muitos casos) para o futuro exercício de uma profissão. A controvérsia em pauta é que o mercado de trabalho no campo das Relações Internacionais está em expansão e o que se vê na maioria das vezes é a oferta de oportunidades em funções atreladas às Relações Internacionais em razão da amplitude do campo de atuação.

A demanda por internacionalistas aumentou, mas, ao mesmo tempo, se restringiu a um molde de características e exigências que estão além da formação acadêmica. O comprometimento do aluno, a busca pelo conhecimento nas produções científicas, as pesquisas, os levantamentos de dados, as análises de possibilidades, o pensamento estratégico, a capacidade de compreender e analisar diferentes modos de pensar e agir são alguns dos elementos que podem definir o sucesso do egresso.

A globalização, o intercâmbio em todos os campos e o processo evolutivo da nova geração da tecnologia de informação contribuíram para esse aumento substancial na demanda por profissionais formados em Relações Internacionais.

As Relações Internacionais, assim, tomam um curso similar ao das disciplinas procuradas e cursadas nas décadas de revolução, como Sociologia, Filosofia e Ciências Sociais, representando, portanto um diferencial e excelente incentivo ao conhecimento e ao despertar do pensamento e produção acadêmica. No entanto, por fatores “extracurriculares” – como prioridade por parte dos responsáveis pelas contratações nas empresas – a área ainda se vê num período de desenvolvimento e amadurecimento.

Os egressos devem ser preparados para exigências cada vez maiores, devido aos desafios que as empresas de médio e grande porte designam aos profissionais de Relações Internacionais e às qualificações que exigem. Nesse sentido, o que ocorre atualmente nas instituições de ensino é que os cursos se tornam cada vez mais práticos, com respeito à vocação econômica da região onde se localizam e manutenção do contato permanente com os profissionais que já exercem a função.

É notável ainda o aumento do número de oportunidades surgidas nos últimos anos dirigidas aos profissionais de Relações Internacionais, tanto para o setor público quanto para o setor privado.

### **2.3 O contexto de mudanças da educação superior no Brasil**

De acordo com Loureiro (1986), o histórico da educação no Brasil tem sua data inicial em 1549, quando foi fundada a primeira escola de ensino primário no país. Essa escola logo evoluiu, se tornou um colégio secundário e, posteriormente, passou a oferecer algumas matérias de nível superior, como Letras e Ciências.

Em 1808, com a chegada da família real e no intuito de elevar o nível cultural do país a fim de preparar a população para receber a corte e sua estrutura governamental, todas as escolas foram objetos de Cartas Régias, documentos que nortearam sua operação e financiamento. Esse foi um passo importante para o início da educação superior no país. Boas (2004) relata os feitos de Dom João VI nesse contexto:

Em penadas firmes, então, ele criou a Escola Médica da Bahia (1808), a Escola de Medicina do Rio de Janeiro (1809), a Escola Nacional de Engenharia (1810), um curso de ensino agrícola (1812) e outro de farmácia (1814), ambos na Bahia; em 1816 no Rio, fundava-se a Escola de Belas Artes. Todas essas escolas atraíram cátedras (de química, botânica, filosofia, economia, política e outras). Por isso, Dom João VI não poupou suas Cartas Régias de atos, instruções e exigências para que essas instituições não existissem apenas no papel, mas que funcionassem efetivamente (BOAS, 2004, p. 14).

Já como um país independente, importantes contribuições foram feitas para o ensino superior brasileiro na gestão de Dom Pedro I, que, em 1827, criou os cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda. Já no reinado de Dom Pedro II, um grande salto foi dado, pois, nesse período, surgiram 18 instituições destinadas ao ensino superior. A expansão continuou após a proclamação da República: nas primeiras cinco décadas do novo regime, foram criadas mais 37 organizações desse ramo (LOUREIRO, 1986).

O ensino superior fornecido por instituições privadas é permitido por lei desde o reinado de Dom João VI, mas o interesse em criar organizações educacionais superiores particulares esbarrava na falta de demanda de alunos formados no ensino secundário. As escolas superiores mantidas pelo governo nacional supriam a procura pelo terceiro grau, que era formada por jovens cujas famílias possuíam condições de financiar os custos dos estudos e que se empenhavam nessa tarefa visto o *status* que um diploma superior garantia para aqueles que o possuíam, como afirmam as palavras de Conselho e Bessa (2007):

Ao longo da trajetória do ensino superior, percebe-se a interferência explícita da política no sistema educacional, argumento que pode ser exemplificado com a influência dos latifundiários no aumento das matrículas nos cursos superiores, sobretudo nos de direito. O título acadêmico transformou-se no sonho de várias famílias brasileiras. Para as classes mais humildes, como os colonos, o curso superior significava ascensão social e conseqüentemente uma garantia de emprego. Para os filhos de latifundiários, o aumento do prestígio familiar é uma

nova alternativa em caso de falência. Embora o curso superior fosse desejado por muitos, era realidade para poucos, pois apenas um número reduzido de alunos conseguia arcar com as despesas (CONSELHO; BESSA, 2007, p. 8).

O primeiro grande salto do ensino superior no Brasil ocorreu na segunda metade do século XX, mais efetivamente após a edição da Lei nº 5.540, que implantou um novo sistema para o ensino superior em 1968. Em dois anos, o número de faculdades duplicou no país. Esse período marcou o início da expansão do ensino superior de cunho privado brasileiro: se em 1960, houve 93.968 matrículas em instituições particulares – o que representava 41,5% do total de vagas preenchidas –, em 1980, essa marca atingiu o número de 885.054 alunos, passando a corresponder a 64,3% do valor total de vagas, além de representar uma variação de mais de 600% em comparação ao dado anterior (BARBOSA; COSTA; GOTO, 2011).

O crescimento desse setor não se estagnou e continuou a se expandir e atrair cada vez mais público, de forma que, em 2007, o número de alunos em cursos superiores privados era superior a 3,5 milhões, num universo de 4,8 milhões. Um total de 74% dos universitários estavam alocados em instituições particulares, que, em 2007, somavam 2.032 unidades. Em contrapartida, há somente 249 instituições públicas de ensino superior no país. Esse crescimento extraordinário do ensino superior particular no Brasil é creditado a diversos fatores, principalmente à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), criada em dezembro de 1996 e um marco importante por flexibilizar o mercado de educação superior, visto que centros universitários puderam ser criados.

Com o surgimento dos cursos de tecnologia, os vestibulares puderam ser substituídos por outros processos seletivos e os currículos passaram a ser flexíveis de uma instituição para outra. Desse modo, a LDB veio para facilitar a expansão do ensino superior privado no Brasil ao mesmo tempo que passava a regulamentá-lo com mais eficiência, a fim de garantir a melhoria contínua de sua qualidade (SÉECA; LEAL, 2009).

Entre os motivos que proporcionam esse crescimento tão significativo nas últimas duas décadas, destacam-se, além do aumento da população jovem adulta e da facilitação na regulamentação de novos cursos pela já citada LDB, as novas exigências do mercado econômico, uma vez que, nesse período, o Brasil passou por uma grande inserção no cenário global. As empresas nacionais agora competem com agentes estrangeiros e, para que elas possam atender às demandas dos novos tempos, precisam de mão de obra cada vez mais qualificada. As palavras de Séeca e Leal (2009) complementam essa afirmação:

Nesse período (1991-2009), setores intensivos em conhecimento cresceram bastante, as atividades operacionais tornaram-se cada vez mais passíveis de automatização e as relações comerciais globais se intensificaram. Dessa forma, houve aumento dos requisitos de capacitação para o trabalhador no que se refere à sua complexidade e ao grau de exigência de conhecimento. Como resposta a essa demanda, a população, especialmente os jovens, tem buscado cada vez mais qualificação, inclusive por meio da educação superior (SÉECA; LEAL, 2009, p. 109).

Os ventos continuam favoráveis à ampliação do ensino superior no Brasil, sobretudo no setor privado. A necessidade de qualificação profissional se alinha com a maior capacidade do povo brasileiro em poder investir em seus estudos, fazendo com que cada vez mais pessoas ingressem numa faculdade. A nítida incapacidade do sistema educacional superior de cunho público de acolher toda essa demanda faz com que o ensino particular seja o destino da grande maioria dos interessados em obter um diploma acadêmico.

#### **2.4 As Relações Internacionais como campo de estudos: origem e significado**

Os estudos sobre Ciências Sociais e Ciências Políticas despontaram durante o século XIX e levaram os estudiosos a desvendar assuntos como Psicologia, Antropologia Sociologia e a relação do Estado com o cidadão. Já no século XX, após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, os acadêmicos refletiram sobre a seguinte questão: “por que ocorrem as guerras?” Para encontrar a resposta desse complexo enigma não se pode priorizar apenas uma área de estudo, mas sim analisar todo um conjunto de informações desde o estudo da mente humana até as relações sociais entre povos, além de observar o modo de organização política de uma sociedade. É essa premissa que faz das Relações Internacionais uma área de estudo interdisciplinar. Conforme novos atores e novos temas foram ascendidos no cenário mundial, essa característica foi se fortalecendo cada vez mais (PUC GOIÁS, 2011).

Inicialmente, as atividades que visavam as Relações Internacionais como um campo distinto de estudo foram quase totalmente concentradas na Grã-Bretanha. Porém, em pouco tempo, elas se espalharam pela Europa e pelos Estados Unidos. O primeiro registro encontrado como uma disciplina curricular é de 1918, quando surgiu a cátedra de Políticas Internacionais na então Universidade de Gales Aberystwyth<sup>43</sup>, criada por

---

<sup>43</sup> Atualmente chamada apenas de Universidade de Aberystwyth.

incentivo do Barão David Davies<sup>44</sup> e batizada de Cadeira Woodrow Wilson. No ano seguinte, na capital americana, Washington, foi lançado o primeiro curso universitário na área de Relações Internacionais pela da Escola de Serviço Exterior Edmund A. Walsh, da Universidade de Georgetown. Posteriormente, em 1920, na Escola Superior de Economia de Londres, foi implantado o Departamento de Relações Internacionais, fundado pelo Barão Philip Noel-Baker.<sup>45</sup> Poucos anos depois, a Universidade de Oxford seguiu esses modelos e criou sua própria cátedra. O primeiro centro de especialização inteiramente dedicado ao estudo das Relações Internacionais foi edificado na cidade suíça de Genebra. O Instituto de Pós-graduação de Estudos Internacionais<sup>46</sup> surgiu em 1927, com a intenção de formar diplomatas que viriam a trabalhar na Liga das Nações. O instituto foi um dos primeiros a emitir diplomas de Ph.D. em Relações Internacionais (SARFATI, 2005).

A grande consolidação dos estudos acadêmicos das Relações Internacionais ocorreu na segunda metade do século XX, quando as discussões de guerra e paz deixaram de ser a única pauta da agenda do curso e abriram espaço para temas mais abrangentes, como direito internacional, globalização, integração regional, economia, defesa do meio ambiente e até mesmo gestão organizacional. Os Estados, que até outrora eram os únicos atores das Relações Internacionais, passaram a dividir esse posto com as organizações internacionais, as organizações não governamentais (ONGs) e também com as empresas transnacionais (PUC GOIÁS, 2011).

No Brasil, as atividades acadêmicas de Relações Internacionais só foram iniciadas em 1974, quando a Universidade de Brasília (UnB) instituiu o curso de graduação na área, com o oferecimento de 20 vagas por semestre. Outro curso de bacharelado em Relações Internacionais só apareceu dez anos depois, na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro curso privado de Relações Internacionais no Brasil. Até meados da década de 1990, esses eram os únicos cursos da área ministrados no país, cenário que mudou nos últimos anos do século XX e na década de 2000, com a criação de vários pontos de ensino das Relações Internacionais por todo o Brasil – em sua maioria,

---

<sup>44</sup> David Davies, primeiro Barão Davies (1880-1944), foi um político e benfeitor público e apoiador ativo da Liga das Nações. Ele escreveu vários livros sobre a promoção do direito internacional e da ordem.

<sup>45</sup> Philip John Noel-Baker (1889-1982) foi um diplomata, político e atleta olímpico britânico. Foi premiado com o Nobel da Paz em 1959 pelo seu empenho pelo desarmamento e cooperação internacional. Foi o primeiro professor da Cátedra Sir Ernest Cassel de Relações Internacionais da Universidade de Londres (1924-1929). Seu título de Barão foi concedido no sistema de par vitalício, ou seja, não era hereditário.

<sup>46</sup> Atualmente chamado de Instituto de Pós-graduação de Estudos Internacionais e Desenvolvimento.

pela iniciativa privada. Em 2003, já se contabilizavam mais de 70 instituições oferecendo esse bacharelado por todo o território nacional (MIYAMOTO, 2003).

Além da UnB, que é uma universidade federal, há mais duas instituições públicas que atualmente oferecem a graduação em Relações Internacionais no Brasil: a Universidade de São Paulo (USP), cuja primeira turma ingressou em 2004, e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), que dispõe de turmas no *campus* de Franca (desde 2002) e no *campus* de Marília (desde 2003). A Unesp, juntamente com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordena o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, um dos principais programas de mestrado da América do Sul.

## **2.5 A relação interdisciplinar da área de Relações Internacionais**

O ordenamento político internacional e o conceito de Relações Internacionais são conceitos complexos e intrinsecamente relacionados ao entendimento do sistema internacional de poder. Para tal, se faz necessário a compreensão das esferas políticas, sociais, econômicas e culturais e de questões relacionadas à História, à Geografia, ao Direito Internacional e à Sociologia.

A ciência política se torna assim uma ferramenta de entendimento, mas, analisada isoladamente, não abrange a totalidade das Relações Internacionais que engloba, entre outros atores, os Estados, as organizações internacionais, as ONGs e os agentes privados. Pode-se afirmar, dessa forma, que a interdisciplinaridade é necessária para possibilitar um entendimento completo e amplo da situação global atual, dos recortes históricos e da cronologia de fatos que permeiam o contexto das Relações Internacionais contemporâneas.

Dentre as diversas disciplinas que envolvem uma análise profunda da ordem internacional, o Direito Internacional no decorrer do século XX e, principalmente, após a queda do muro de Berlim, representou uma grande contribuição nos estudos relativos à ação dos Estados nacionais soberanos. Para Oliveira e Lessa (2008), o direito procura solucionar os temas que envolvem o conflito de interesses entre os Estados e a inter-relação diplomática entre os agentes internacionais a partir da busca da solução negociada e pacífica.

No entanto, em casos de guerra, deve-se identificar a causa e classificá-la como injusta ou justa. Essas terminologias referem-se, num primeiro momento, à reação do país



perante uma ameaça/agressão externa e à ação em defesa territorial e, num segundo momento, às guerras relativas à anexação territorial, de apropriação de riquezas naturais e de tentativa de dominação de uma nação diante de outra. Independentemente da causa, é necessário ressaltar que há um direito específico que procura disciplinar e conduzir a conduta dos Estados envolvidos e proteger a população civil contra eventuais ataques.

No Direito Internacional e nas organizações internacionais, cada Estado possui um mesmo valor – ainda que não o mesmo peso nas decisões político-econômicas –, de acordo com o princípio “um Estado, um voto”, sendo que “as regras e leis internacionais coletivamente acordadas têm legitimidade e devem ser respeitadas por todos”. (OLIVEIRA; LESSA, 2008, p. 4)

Ainda que a confluência entre juristas e internacionalistas não fosse uma realidade antes do século XIX, o intercâmbio de ideias entre as duas áreas após a proliferação das organizações e instituições de cooperação impôs a necessidade de repensar e compreender as mudanças causadas pela interdependência global.

A preocupação com o sistema internacional de Estados foi estimulada pela constituição progressiva de uma economia integrada, de âmbito mundial. As transformações na produção e circulação de mercadorias típicas dos séculos XVIII e XIX – a época da Revolução Industrial – aumentaram a relevância dos estudos de Relações Internacionais. A própria análise do Estado foi cada vez mais influenciada pelas considerações relacionais, ou seja, pela investigação da posição ocupada e do papel desempenhado por cada Estado no sistema geral e no subsistema particular no qual está inserido (MAGNOLI, 2010, p. 27).

Para ilustrar as questões interdisciplinares, cabe ressaltar a relevância das correntes filosóficas que permearam esse processo de amadurecimento do pensamento na área de Relações Internacionais e a interação entre os Estados. Essas correntes foram três: a idealista, a realista e a radical.

A tradição idealista, juntamente com o Direito Internacional, tem suas raízes no pensamento de Hugo Grotius, jurista do XVII que incorporou em sua teoria a aplicação do Direito Natural, em que os homens possuem o desejo nato de conviver em sociedade. Ao remeter a essa necessidade, as relações entre os Estados resultam na criação de uma “comunidade internacional” fundamentada no respeito ao direito, na manutenção da paz e no “contrato moral” baseado na noção de justiça (MAGNOLI, 2010).

A concepção de comunidade internacional e o pensamento de Grotius recaíram no século XX sob as bases criadoras da Liga das Nações no período pós Primeira Guerra Mundial, com ênfase na tentativa de conciliar os interesses das nações e no respeito à

autonomia/soberania política de cada uma delas numa convivência pacífica. Esse ideal perdurou durante o decorrer do século XX e se fundamentava principalmente na necessidade do cumprimento de todas as obrigações jurídicas e diplomáticas por parte dos Estados.

A escola realista, por outro lado, enfatiza que o sistema internacional e a beligerância entre os Estados são comumente explicados pelo seu “potencial conflitivo”, advindo das divergências do interesse nacional de cada nação. Maquiavel e Hobbes são tidos essencialmente como as raízes do realismo e abordam temas como força, poder e anarquia do sistema internacional.

Para Nicolau Maquiavel, a manutenção do poder de um líder – ou principado, como se refere em sua obra *O príncipe* – se dá desde a postura e atitude perante suas decisões, que minimizam as fraquezas e maximizam sua força, até o controle das massas utilizando-se da persuasão e do carisma para conduzir a nação. Não obstante, Maquiavel, a partir da frase “os fins justificam os meios”, define que o uso da força se faz necessário no que concerne à necessidade de tomar decisões sem se limitar por constrangimentos morais, dando assim total legitimidade aos interesses do soberano (MAGNOLI, 2010).

Maquiavel ainda aborda os temas sociais, de oposição ao governo e as revoluções que podem eclodir de dentro para fora da nação e causar a desestabilização das forças.

Os que, por suas virtudes, semelhantes às que aqueles tiveram, tornam-se príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade o conservam; e os obstáculos que se lhes apresentam no conquistar o principado, em parte nascem das novas disposições e sistemas de governo que são forçados a introduzir para fundar o seu Estado e estabelecer sua segurança. Deve-se considerar não haver coisa mais difícil para cuidar, nem mais duvidosa a conseguir, nem mais perigosa de manejar, que tornar-se chefe e introduzir novas ordens. Isso porque o introdutor tem por inimigos todos aqueles que obtinham vantagens com as velhas instituições e encontra fracos defensores naqueles que das novas ordens se beneficiam (MAQUIAVEL, 2002, p. 36).

O pessimismo relativo à natureza humana também é caracterizado nos comentários de Hobbes, que traçava um paralelo entre a relação entre os Estados e do próprio Estado com as pessoas. Acreditava que a ausência de um órgão supranacional para exercer controle sob o sistema internacional causava a anarquia e, posteriormente, o conflito entre as nações. Esse mesmo pensamento político ainda norteia o campo das Relações Internacionais e está conectado aos outros campos e fatores que influem no cenário, como a Economia, a Sociologia, a Geografia e a História.

Diferentemente do realismo, Karl Marx produziu uma teoria que não se aplica somente ao Estado, mas também ao conflito entre as classes sociais. A escola radical ou neomarxista vem, portanto, analisar o contexto do desenvolvimento social e a desigualdade entre as nações do ponto de vista do desenvolvimento econômico e tecnológico. A ênfase dos neomarxistas reside na análise do impacto do capitalismo sobre o mundo contemporâneo e os fenômenos desse mundo, como a mundialização das corporações industriais, a configuração de blocos econômicos regionais e o fluxo do mercado financeiro (OLIVEIRA; LESSA, 2008).

Numa perspectiva multidisciplinar, a Economia proporciona uma visão ainda mais realista desse fluxo mercadológico e abrange essencialmente a questão do poder econômico como ferramenta de obtenção de *status* e prestígio mundial. Desde o final da Guerra Fria, na década de 1990, o mundo globalizado – ou “semiglobalizado” em virtude da passagem de uma fase de recessão e redefinição das barreiras geopolíticas – começou a inserir conceitos e ideologias nas bases econômicas das nações, o que tornou a interdependência uma realidade na condução da política externa dos países e na agenda da diplomacia mundial.

Apesar de os países em desenvolvimento, influenciados pelas concepções das nações hegemônicas da Europa (Alemanha, França e Inglaterra) e, sobretudo, dos EUA, entrarem em um processo de abertura econômica – o que proporcionou uma maior integração entre os agentes – houve, ao mesmo tempo, o surgimento de dificuldades dos países subdesenvolvidos em conseguir competir dentro dessa agressiva mudança mercadológica. O desenvolvimento capitalista mundial e a expansão do comércio, somados aos desenfreios crescentes econômicos dos países asiáticos, geraram cada vez mais pressões às nações do então chamado “terceiro mundo” para se desenvolverem e se integrarem.

Esse fenômeno da globalização, advindo não somente de um processo de expansão do capitalismo, mas também da difusão de ideais culturais, políticos e sociais e da formação de blocos econômicos e de alianças baseadas em convergência de interesses, evoluiu. Essa evolução afeta as barreiras territoriais e é palco de debates, na Geografia e Geopolítica, no que se refere aos novos temas, como a multiterritorialidade e o chamado “território rede” (OLIVEIRA; LESSA, 2008).

Com o avanço da globalização, a rapidez e a dinâmica com que as informações, as tecnologias, os produtos e os indivíduos se deslocam fizeram com que alguns estudiosos

cogitassem o uso da expressão “fim de territórios”. Contudo, os geógrafos utilizaram da análise da conjuntura atual para desenvolverem o conceito de multiterritorialidade e reafirmarem que não haverá o fim dos territórios, mas sim a possibilidade de as pessoas e empresas estarem presentes em múltiplos territórios.

Assim, há uma divisão em três esferas:

- território-casa: local onde o indivíduo está alocado (bairro, faculdade, empresa onde trabalha etc.);
- território-área: onde a indústria/empresa se localiza;
- território-rede: local da logística do comércio, dos consumidores e dos produtos comercializados.

Esse novo paradigma mostra também que a grande concentração econômica está distribuída não somente entre o Estado nacional, mas em entidades e grandes companhias transnacionais que possuem influência e dominam o comércio mundial. As grandes potências do século XX e XXI, ou seja, União Europeia, Estados Unidos, Japão e China, são exemplos da realidade da nova ordem mundial internacional, na qual as empresas se subdividem e se distribuem pelas mais diversas nações e nelas exercem sua “área de domínio” e disseminam sua cultura.

A nova ordem mundial, nessa perspectiva, seria uma ordem construída por inúmeras redes, que interligam os pontos mais dinâmicos do globo, como, por exemplo, as megacidades. As regiões excluídas, as áreas mais empobrecidas e esquecidas do planeta, seriam a contraparte necessária de um processo de globalização que simultaneamente potencializa a riqueza e aprofunda as desigualdades (OLIVEIRA; LESSA, 2008, p. 5).

No que se refere à análise histórica desse fenômeno de globalização e inter-relação entre as megacidades, as nações e a fragmentação do globo em blocos pode-se, à luz da visão dos historiadores, definir a nova ordem mundial como um balanço de mudanças e permanências no decorrer dos séculos. Desse modo, as permanências são vistas como a conservação da hegemonia norte-americana – ainda que parcialmente enfraquecida pela ascensão das potências emergentes –, a importância das organizações no processo de inserção das nações no cenário mundial (Organização das Nações Unidas), a utilização do poderio bélico e da bomba atômica como forma de intimidação e manutenção do poder e o relacionamento dos países periféricos com as nações desenvolvidas – que permanece em

constante debate desde o período pós Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA; LESSA, 2008).

Das mudanças, pode-se destacar a inserção de nações como a Índia – que antes da Guerra Fria passava por uma reestruturação política e econômica e hoje se torna um dos centros tecnológicos e grande prestadora de serviços de tecnologia de informação para países como os Estados Unidos –, a redefinição das barreiras econômicas e o surgimento do conceito de fragmentação e fortalecimento do regionalismo em detrimento da necessidade de defesa dos interesses comuns das nações (América do Sul). Por fim, temos ainda como mudança o rompimento das barreiras territoriais no que se refere à integração da sociedade internacional, como abordado anteriormente.

Nessa fase de transição entre um mundo dominado por Estados nacionais e a formação de uma nova realidade caracterizada pelo predomínio de redes de fluxos, e caminhando em direção a uma “Nova Idade Média”, ou seja, uma nova fase de fragmentação do poder político em escala mundial, o conceito de região seria o mais apropriado para a compreensão da nova realidade internacional. A região é vista como um espaço intermediário entre o nacional e o internacional e pode ser compreendida como “espaço útil para a ação” [...] O melhor exemplo é o da União Europeia (OLIVEIRA; LESSA, 2008, p. 8).

Esses fatores externos mostram que o papel dos Estados nacionais está em constante mudança e que eles enfrentam novas problemáticas relativas à interdependência assimétrica e à atuação das empresas transnacionais que representam importância constante na captação de investimentos. Há, por assim dizer, uma adaptação dos Estados à ordem mundial na qual emerge um panorama de intensa miscigenação de culturas, costumes e pessoas.

Todavia, a integração da sociedade não somente por aspectos decorrentes da evolução do pensamento globalizado, mas também do reforço dos laços de identidade entre as nações pela religião, por aspectos econômicos ou pela convergência de interesses políticos desencadeiam outro processo complexo: os conflitos étnicos e as revoluções internas. Para a Sociologia, esse fenômeno ocorre devido aos valores culturais/morais de cada Estado e, principalmente, pela formação e unificação de indivíduos em grupos regidos por uma identidade cultural.

O cenário atual do Oriente Médio, da Espanha (com os movimentos bascos), da Líbia, do Egito e de outros movimentos demonstram o poder de penetrabilidade dos valores. Atualmente, por meio das mídias sociais, que atuam ainda que num campo

inovador e recente de estudo, tem-se o elemento propulsor para as revoluções e reformas sociais dos últimos anos.

Os conflitos étnicos que ocorrem no passar do século XXI e os movimentos de libertação, somados a uma comunicação dinâmica e rápida, são fatores que definem a sociedade contemporânea. A importância dessa análise interdisciplinar e da junção de áreas teoricamente divergentes é a exposição da evolução exponencial do pensamento e da complexidade das Relações Internacionais, que perpassa pelas áreas da História, da Geografia, do Direito, da Economia, da Sociologia e da Filosofia, e desencadeia uma forma de pensamento sistêmico.

## 2.6 Os cursos de bacharelado em Relações Internacionais oferecidos no Brasil

Atualmente, existem mais de 70 cursos de bacharelado em Relações Internacionais que são lecionados no Brasil. Com poucas exceções, o curso é ministrado nas grandes capitais e em suas regiões metropolitanas. Mais da metade desses cursos surgiu na última década. A relação de instituições que oferecem o bacharelado em Relações Internacionais pode ser contemplada no quadro 4.

**Quadro 4 – Cursos de bacharelado em Relações Internacionais no Brasil (1974-2006)**

Ano	Instituição	Cidade	Tipo	Vagas	Site
1974	Universidade de Brasília – UNB	Brasília, DF	PF	I 80	<www.unb.br>
1985	Universidade Estácio de Sá – Unesa <sup>1</sup>	Rio de Janeiro, RJ	PrF	?	<www.estacio.br>
1992	Universidade Estácio de Sá – Unesa <sup>2</sup>	Rio de Janeiro, RJ	PrF	D75	<www.estacio.br>
1995	Pont. Univ. Católica de São Paulo – PUC-SP	São Paulo, SP	PrCF	D50/ N50	<www.pucsp.br>
1996	Cent. Est. Sup. Fundação Lusíada – Unilus	Santos, SP	PrPa	N80	<www.unilus.edu.br>
1996	Universidade Católica de Brasília – UCB	Brasília, DF	PrCnF	D200	<www.ucb.br>
1996	Pont. Univ. Católica de Minas Gerais – PUC-Minas	Belo Horizonte, MG	PrCmC nF	D60	<www.pucminas.br>
1996	Univ. do Vale do Itajaí – Univali	São José, SC	PrF	N55	<www.univali.br>
1997	Univ. do Sul de Santa Catarina – Unisul	Palhoça, SC	PM	N50	<www.unisu.br>
1997	Universidade Tuiuti do Paraná – UTP	Curitiba, PR	PrPa	D50/ N100	<www.utp.br>
1998	Centro Univ. da Bahia – FIB	Salvador, BA	PrPa	D50/ N50	<www.fib.br>

1998	Centro Univ. Moura Lacerda – CUML	Ribeirão Preto, SP	PrPa	D50/ N100	<www.mouralacerda.com.br>
1998	Faculdades Integrado de Campo Mourão – Cies	Campo Mourão, PR	PrPa	N80	<www.faculdadesintegrado.edu.br>
1998	Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul	Tubarão, SC	PM	N50	<www.unisul.br>
1998	Faculdade do Recife – FIR	Recife, PE	PrCm	N100	-
1998	Fac. Eco. Fund. A. Álvares Penteadó – Fecfaap	São Paulo, SP	PrF	D50	<www.faap.br>
1998	Faculdades Integradas de Curitiba – FIC	Curitiba, PR	Pr.Pa	D100/ N50	<www.faculdadescuritiba.br>
1998	Universidade Estácio de Sá – Unesa	Niterói, RJ	Pr.F	N40	<www.estacio.br>
1999	Faculdade Santa Marcelina – Fasm	São Paulo, SP	PrCnF	N50	<www.fasm.edu.br>
1999	Universidade Estácio de Sá – Unesa <sup>3</sup>	Rio de Janeiro, RJ	PrF	D50/ N40	<www.estacio.br>
1999	Centro Universitário da Cidade – UniverCidade	Rio de Janeiro, RJ	PrF	N60	<www.univercidade.br>
1999	Centro Univ. Ibero-Americano – Unibero	São Paulo, SP	PrPa	D60/ N60	<www.unibero.edu.br>
1999	Centro Universitário de Brasília – Uniceub	Brasília, DF	PrPa	N100	<www.uniceub.br>
1999	Universidade Católica de Goiás – UCG	Goiânia, GO	PrCmC nF	D60/ N60	<www.ucg.br>
2000	Faculdades Integradas Rio Branco – FRB	São Paulo, SP	PrF	D75/ N75	<www.riobrancofac.edu.br>
2000	Faculdade Tancredo Neves – FTN	São Paulo, SP	PrPa	D50/ N100	<www.tancredo.br>
2000	Universidade Estácio de Sá – Unesa <sup>4</sup>	Rio de Janeiro, RJ	PrF	D40	<www.estacio.br>
2000	Centro Universitário Capital – Unicapital	São Paulo, SP	PrPa	N100	<www.unicapital.edu.br>
2000	Centro Univ. Facul. Metropolitanas Unidas – FMU	São Paulo, SP	PrPa	D90/ N180	<www.fmu.br>
2000	Centro Universitário de Vila Velha – UVV	Vila Velha, ES	PrPa	D100/ N100	<www.uvv.br>
2000	Faculdade Jorge Amado – FJA	Salvador, BA	PrPa	D50/ N50	<www.fja.edu.br>
2000	Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava – FG	Guarapuava, PR	PrPa	N120	-
2000	Faculdade Michelangelo	Brasília, DF	PrPa	N150	<www.michelangelo.edu.br>
2001	Instituto Metodista Bennett – Unibennett	Rio de Janeiro, RJ	PrF	D50/ N50	<www.bennett.br>
2001	Fac. Edu. E Ci Gerenciais de Sumaré – FCGS	Sumaré, SP	PrPa	N150	<www.unopec.com.br>
2001	Fac. Edu. e Ci. Gerenciais de Indaiatuba – FCGI	Indaiatuba, SP	PrPa	N100	<www.unopec.com.br>
2001	Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb	Brasília, DF	PrPa	D90/ N90	<www.iesb.br>
2001	Faculdade Cenequista de Vila Velha – Facevv	Vila Velha, ES	PrPa	D40/ N40	<geocities.yahoo.com.br/facevv>
2001	Centro Univ. Euro-Americano – Unieuro	Brasília, DF	PrPa	D100/ N50	<www.unieuro.edu.br>
2001	Centro Universitário Belas Artes – Febasp	São Paulo, SP	PrF	?	<www.belasartes.br>
2001	Faculdade do Instituto Brasil	Anápolis, GO	PrPa	D150/	<www.fibra.edu.br>

	– Fibra*			N150	
2002	Universidade de São Paulo – USP	São Paulo, SP	PE	D30/ N30	<www.usp.br>
2002	Universidade Estadual de São Paulo – Unesp	Franca, SP	PE	D50/ N50	<www.unesp.br>
2002	Universidade Vale do Rio Verde – Unincor	Betim, MG	PrCmF	N40	<www.unincor.br>
2002	Faculdade Trevisan – FAT <sup>5</sup>	São Paulo, SP	PrPa	D100	<www.faculdadetrevisan.com.br>
2002	Faculdade Trevisan – FAT*	São Paulo, SP	PrPa	N100	<www.faculdadetrevisan.com.br>
2003	Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH	Belo Horizonte, MG	PrF	D50	<www.unibh.br>
2003	Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil	Curitiba, PR	PrPa	D50/ N100	<www.unibrasil.com.br>
2003	Inst. Blumenauense de Ensino Superior – IBES	Blumenau, SC	PrPa	N50	<www.unibes.edu.br>
2003	Universidade Cândido Mendes – Ucam	Rio de Janeiro, RJ	PrF	D40/ N40	<www.candidomendes.edu.br>
2003	Centro Universitário La Salle – Unilasalle	Canoas, RS	PrCnF	N100	<www.unilasalle.edu.br>
2003	Pont. Univ. Católica do Rio de Janeiro – PUC	Rio de Janeiro, RJ	PrCnF	?	<www.puc-rio.br>
2003	Faculdade de Ciências Econômicas – Facamp	Campinas, SP	PrPa	I80	<www.facamp.com.br>
2003	Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul	Florianópolis, SC	PM	N50	<www.unisul.br>
2003	Centro Universitário de Campo Grande – Unaes	Campo Grande, MS	PrPa	N100	<www.unaes.br>
2003	Universidade Anhembi-Morumbi – UAM	São Paulo, SP	PrPa	D50/ N50	<www.anhembi.br>
2003	Faculdade de Dourados – FAD	Dourados, MS	PrPa	N120	-
2003	Universidade Estadual de São Paulo – Unesp	Marília, SP	PE	N40	<www.unesp.br>
2004	Centro Univ. Álvares Penteadó – Unifecap	São Paulo, SP	PrPa	D50/ N100	<www.fecap.br>
2004	Universidade de Itaúna – UI	Itaúna, MG	PrCmF	N60	<www.uit.br>
2004	Centro Univ. Fundação Santo André – Cufsa	Santo André, SP	PM	N70	<www.fsa.br>
2004	Instituto de Ensino Santo Antônio – Inesa <sup>6</sup>	Joinville, SC	PrPa	N80	<www.inesa.com.br>
2004	Inst. Sup. Ciências Humanas e Filosofia La Salle	Niterói, RJ	PrF	D100/ N200	<www.unilasalle-rj.edu.br>
2004	Univ. Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Porto Alegre, RS	PF	D40	<www.ufrgs.br>
2004	Fac. Ensino Unificado Belo Horizonte – FEUBH	Belo Horizonte, MG	PrPa	N50	-
2005	Universidade São Marcos – USM <sup>7</sup>	São Paulo, SP	PrPa	N60	<www.smarcos.br>
2005	Centro Universitário Assunção – Unifai	São Paulo, SP	PrPa	N60	<www.unifai.edu.br>
2005	Centro Universitário Fluminense – Uniflu*	C. Goytacazes, RJ	PrCm	N100	-
2005	Universidade Paulista – Unip <sup>8</sup>	São Paulo, SP	PrPa	N200	<www.unip.br>
2005	Fac. Alvorada Tec. e Edu. de Maringá – Fatem*	Maringá, PR	PrPa	D100/ N100	<www.uniandrade.br>



2005	Centro Universitário do Distrito Federal – UniDF	Brasília, DF	PrPa	N50	<www.unidf.edu.br>
2005	Faculdade Católica Stella Maris – FCSM*	Fortaleza, CE	PrCn	D50/ N50	-
2006	Faculdade Montserrat	Caxias do Sul, RS	PrF	N100	<www.montserrat.org.br>
2006	Fac. de Ciências Sociais de Florianópolis – FCSA*	Florianópolis, SC	PrPa	N100	<www.cesusc.com.br>
2006	Universidade da Amazônia – Unama	Ananindeua, PA	PrPa	D50/ N50	<www.unama.br>
2006	Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp <sup>9</sup>	Ribeirão Preto, SP	PrF	D60/ N60	<www.unaerp.br>
2006	Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp <sup>10</sup>	Guarujá, SP	PrF	D60/ N60	<www.unaerp.br>
2006	Faculdade Damas da Instituição Cristã – Fadic	Recife, PE	PrCnF	N100	-
2006	Universidade Paulista – Unip	Campinas, SP	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Universidade Paulista – Unip*	Ribeirão Preto, SP	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Universidade Paulista – Unip*	S. José dos Campos, SP	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Universidade Paulista – Unip <sup>11</sup> *	São Paulo, SP	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Universidade Paulista – Unip*	Manaus, SP	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Universidade Paulista – Unip*	Brasília, DF	PrPa	N100	<www.unip.br>
2006	Faculdade Anglo-Americana – FAA*	Foz do Iguaçu, PR	PrPa	N120	<www.angloamericano.edu.br>
2006	Centro Universitário de Goiás – Unigoíás*	Goiânia, GO	PrPa	D50/ N50	<www.anhanguera.edu.br>
2007	Escola Sup. Propaganda e Marketing – ESPM	SP, RJ, Porto Alegre	PrPa	-	<www.espm.br>

Fonte: BRASIL, 2012.<sup>47</sup>

#### Legendas:

**Tipo (Categoria Administrativa):** PF = Pública Federal; PE = Pública Estadual; PM = Pública Municipal; Pr = Privada; Cn = Confessional; Cm = Comunitária; F = Filantrópica; Pa = Particular em Sentido Estrito.

**Vagas:** D = Diurno; N = Noturno; I = Integral.

\* Curso Inativo

#### Notas:

<sup>1</sup> Bacharelado em Comércio Exterior

<sup>2</sup> Campos Barra da Tijuca

<sup>3</sup> Campos Centro

<sup>4</sup> *Campus* Copacabana

<sup>5</sup> Curso Integral

<sup>6</sup> Curso Bacharelado em Administração com Ênfase em Relações Internacionais

<sup>7</sup> Curso Bacharelado em Diplomacia e Relações Internacionais

<sup>8</sup> *Campus* Vergueiro

<sup>9</sup> Curso Bacharelado em Relações Internacionais e Comércio Exterior

<sup>10</sup> Curso Bacharelado em Relações Internacionais e Comércio Exterior

<sup>11</sup> *Campus* Cancioneiro

<sup>47</sup> Os dados em questão foram coletados até maio de 2006.

## 2.7 Compreendendo os planos de ensino

As Relações Internacionais passaram a fazer parte da agenda global no cenário entre-guerras e, principalmente, após a Guerra Fria, com início do processo de multilateralização. Como ressaltado anteriormente, o auge desse pensamento e a implantação de um curso no Brasil se deu em 1974, com a criação do primeiro bacharelado na Universidade de Brasília.

Para compreender os planos de ensino de Relações Internacionais e, principalmente, o envolvimento de teorias e conceitos de outras disciplinas, é preciso observar que essa é uma área distinta de estudo. A abrangência de diversas disciplinas, como Economia, Direito Privado/Internacional, Antropologia, História e Política, se deve a esse fato e às circunstâncias pelas quais os profissionais passam ao exercerem o ofício.

O entendimento de que um conjunto determinado de conhecimentos constitui uma área distinta de estudo é, na verdade, o fato básico que justifica a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos para essa área. É óbvio que, do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas [...] (MEC, 2011, p. 1).

Para entender a composição do curso e a matriz curricular, faz-se necessário demonstrar três fases:

- disciplinas específicas das Relações Internacionais: disciplinas introdutórias e específicas, como tópicos especiais e análises de cenários, principais correntes teóricas e conceito histórico das Relações Internacionais;
- disciplinas auxiliares e correlatas: devem compor as matérias específicas e básicas para a formação, como economia internacional, política internacional, ciência política/social, teoria política, entre outras;
- disciplinas optativas: auxiliam e dependem do interesse profissional de cada instituição e podem variar entre campos de negociação internacional, estudos regionais, temas do meio internacional e idiomas (MEC, 2011, p. 2).

Para que os fundamentos teóricos da criação de um plano de ensino e de um curso de Relações Internacionais em uma instituição tenham os resultados esperados, torna-se estritamente necessário também a readequação e a reestruturação dos acervos

bibliográficos, ou seja, de periódicos e de materiais que sejam compatíveis com o curso. Porém, isso deve ser feito não somente para os estudantes, mas igualmente para o corpo docente. Os recursos informatizados e a facilidade de acesso a periódicos estrangeiros e especializados em determinadas áreas também fazem parte da implementação.

Em algumas universidades do país há também uma extensão do curso no plano externo via convênios com universidades e instituições de ensino na Europa e nos Estados Unidos da América. O oferecimento de estágios e programas de parcerias com empresas que proporcionem uma experiência para o profissional durante os últimos anos de estudo é de crucial relevância e estão ligados ao interesse pessoal de cada estudante.

Ainda que não se possa abranger todas as áreas de Relações Internacionais num mesmo curso, as disciplinas de caráter expositivo e introdutórias, junto às disciplinas específicas e extracurriculares, caracterizam uma ferramenta de conhecimento, norteiam o pensamento durante o curso e mostram o potencial respectivo de cada área. No entanto, para que a preparação para a inserção no mercado de trabalho seja devidamente feita, torna-se significativa a colaboração e a procura por cursos de idiomas, visto que, no mundo contemporâneo, as línguas estrangeiras são um diferencial indispensáveis na área de Relações Internacionais.

Esses detalhes, que parecem óbvios, regulam toda a estrutura de um curso. O plano de ensino é composto por uma harmonia entre o corpo docente, as disciplinas e o interesse do estudante. Em suma, percebe-se que a formação e implementação de um plano são compostas por fases e por um projeto que analisa e quantifica as principais necessidades e as potencialidades do curso, para que, apenas num segundo momento, ele seja colocado em prática.

O conhecimento e os ensinamentos repassados durante o período de duração dos cursos servem, em longo prazo, para a expansão e divulgação das Relações Internacionais, que a cada ano cresce exponencialmente. Com o incentivo das instituições, das organizações e do governo, o desenvolvimento das Relações Internacionais no Brasil encontra-se em seu melhor momento de amadurecimento conceitual, ampliação da demanda e aplicação dos conceitos e teorias estudadas pelos profissionais na prática da política brasileira internacional e regional.

Para uma melhor compreensão das características do egresso do curso de Relações Internacionais, faz-se necessário apresentar a matriz curricular das Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem o curso. O levantamento realizado em quatro conceituadas

IES (Universidade de Brasília – UnB, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC e Universidade Paulista – Unip) apontam que as disciplinas que formam a matriz curricular dotarão os alunos de ferramentas básicas para inseri-los em três grandes áreas do mercado de trabalho: governo, terceiro setor e empresas privadas.

O aluno será portador dos instrumentos necessários para compreender as mudanças que se processam de forma acelerada no mundo de hoje e saberá atuar no intuito de produzir o bem-estar para si e para sua comunidade, reconhecendo oportunidades e possibilidades de empreender. O egresso de Relações Internacionais é aquele que, tanto na atividade pública como na iniciativa privada, realizará a *interface* entre o contexto interno e o internacional.

Considerando as características apontadas, as IES devem analisar o desenvolvimento das Relações Internacionais no Brasil e verificar o comportamento das empresas ou organizações que absorvem os profissionais da área. É necessário verificar se a missão do curso é adequada ao interesse da sociedade a seu redor e desta com o mundo.

### **2.7.1 A matriz curricular da Universidade de Brasília (UnB)**

A matriz curricular do bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) é composta pelas seguintes disciplinas obrigatórias:

#### **Quadro 5 – Matriz curricular da UnB**

Análise das Relações Internacionais
Análise das Relações Internacionais do Brasil
Comércio Internacional
Direito Internacional Público
Economia Brasileira
Economia Política Internacional 1
Economia Política Internacional 2
Estatística Aplicada
Formação Econômica do Brasil
História das Relações Internacionais Contemporâneas
História das Relações Internacionais do Brasil
Introdução ao Estudo da História
Introdução ao Estudo das Relações Internacionais

Introdução à Ciência Política
Introdução à Economia
Introdução à Sociologia
Introdução ao Direito
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Relações Internacionais
Organizações Internacionais
Política Internacional Contemporânea
Política Comparada
Sistema Financeiro Internacional
Sistemas de Direito Contemporâneos
Teoria das Relações Internacionais 1
Teoria das Relações Internacionais 2
Teoria Geral do Direito Público
Teoria Política 1
Teoria Política 2

A UnB foi a primeira IES a oferecer a graduação em Relações Internacionais, em 1974. Os alunos passam por uma formação que engloba Política Internacional, Direito, Economia e História. A partir do quarto semestre, o estudante pode optar pela realização de estágio supervisionado em ministérios ou em organizações não governamentais. Na UnB as atividades extracurriculares são organizadas pelos próprios alunos. Uma das iniciativas é a realização de simulações de reuniões entre organismos internacionais. Os estudantes também podem participar da empresa júnior Domani, que trabalha com assessoria e organização de eventos.

### **2.7.2 A matriz curricular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)**

A matriz curricular do bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) é composta pelas seguintes disciplinas obrigatórias:

#### **Quadro 6 – Matriz curricular da Unesp**

Antropologia Cultural
Assistência Humanitária
Comércio Internacional

Ciência Política
Cultura e Linguagem
Direito Internacional
Economia Brasileira
Economia Internacional
Economia Política
Ética
Etnia e Nacionalidade
Filosofia Política
Formação Política e Econômica do Brasil
Geografia
Geopolítica
História das Relações Internacionais
História Moderna e Contemporânea
Introdução às Relações Internacionais
Metodologia em Relações Internacionais
Métodos Quantitativos em Relações Internacionais
Organizações Internacionais
Política Comparada
Política Externa do Brasil
Política Externa: Mecanismos de Integração
Política Internacional
Regime Internacional dos Direitos Humanos
Segurança Internacional e Resolução de Conflitos
Sociologia
Sociologia das Relações Internacionais
Temas de Política Externa
Teoria da Ciência
Teoria Política Contemporânea
Teoria Sociológica
Teoria das Relações Internacionais I
Teoria das Relações Internacionais II

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) oferece o curso de Relações Internacionais em duas cidades. Na cidade de Franca começou a ser oferecido em 2002 e formou sua primeira turma em 2005. O curso privilegia o ensino voltado para a pesquisa e para a análise de questões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais das negociações internacionais, para posterior aplicação no mercado de trabalho ou para estudos de pós-graduação. O curso da cidade de Marília começou a funcionar em agosto de 2003 com a preocupação de oferecer uma formação acadêmica

sólida e multidisciplinar, levando em consideração as perspectivas do mercado de trabalho. Mantém grupos de estudos de temas variados visando atualizar a estrutura curricular e grupos de pesquisa que analisam temas relacionados às Relações Internacionais.

### **2.7.3 A matriz curricular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

A matriz curricular do bacharelado em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é composta pelas seguintes disciplinas obrigatórias:

#### **Quadro 7 – Matriz curricular da PUC-SP**

Agenda Internacional Contemporânea: as Abordagens Sociológicas
Conflitos Internacionais
Cultura Contemporânea entre o Global e o Local
Cultura e Motricidade
Direito Internacional do Comércio
Direito Internacional Público
Economia Internacional I
Economia Internacional II
Estado, Regimes e Formas de Governo
Ética e Cultura num Mundo Contemporâneo
Etnia e Nacionalidade no Mundo Contemporâneo
Filosofia
Geografia do Mundo Contemporâneo I
Geografia do Mundo Contemporâneo II
Geopolítica
História da América
História Diplomática do Brasil
História das Relações Internacionais Contemporâneas
História das Relações Internacionais na Modernidade
Introdução à Antropologia
Introdução à Economia
Introdução ao Pensamento Teológico I
Introdução ao Pensamento Teológico II
Introdução às Relações Internacionais
Introdução à Sociologia
Linguagem, Comunicação e Sociedade I

Linguagem, Comunicação e Sociedade II
Métodos de Pesquisa
Organizações Políticas Internacionais
Política Comparada
Política e Soberania
Política Externa Brasileira
Política Interamericana
Políticas Sociais no Âmbito Internacional
Processos de Integração Regional
Relações Internacionais Contemporâneas
Sociologia da América Latina
Teoria Geral do Direito
Teoria das Relações Internacionais I
Teoria das Relações Internacionais II
Trabalho de Conclusão de Curso I
Trabalho de Conclusão de Curso II
Trabalho e Sociedade

Criado em 1995, o curso de Relações Internacionais da PUC-SP busca dar resposta à exigência de uma formação qualificada de novas competências profissionais e intelectuais, decorrente da importância crescente da dimensão internacional das dinâmicas econômica, política, social e cultural.

A progressiva institucionalização da vida internacional impõe a aquisição de novos saberes e a compreensão de novas práticas. Assim esse curso oferecido pela PUC-SP está orientado quer para uma melhor e mais atualizada prestação serviços de funções mais tradicionais (diplomacia) quer para proporcionar uma sólida e elevada preparação aos novos tipos de quadros exigidos não só pela internacionalização das estratégias empresariais como também pelas novas funções internacionais do Estado (cooperação, presença em organismos internacionais especializados, etc.) e ainda pela progressiva profissionalização das organizações não governamentais.

#### **2.7.4 A matriz curricular da Universidade Paulista (Unip)**

A matriz curricular do bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Paulista (Unip) é composta pelas seguintes disciplinas obrigatórias:



## Quadro 8 – Matriz curricular da Unip

Análise e Formação da Política Brasileira
Ciências Sociais
Comércio Exterior – Exportação
Comércio Exterior – Importação
Comércio Internacional – Logística
Comunicação e Expressão
Desenvolvimento Socioeconômico
Diplomacia Econômica nas Relações Internacionais
Diplomacia Política nas Relações Internacionais
Direito Internacional Privado
Direito Internacional Público
Direitos Fundamentais
Economia Brasileira Contemporânea
Economia e Gestão do Setor Público
Economia e Negócios
Economia Internacional
Estatística
Estudos Estratégicos – Relações Internacionais
Filosofia e Ética
Formação Econômica do Brasil Contemporâneo
Fundamentos de Administração
Fundamentos de Ciência Política
Geopolítica, Regionalização e Integração
História das Relações Internacionais
Homem e Sociedade
Inserção Internacional – Técnicas de Negociação
Instituições de Direito
Interpretação e Produção de Textos
Legislação Aduaneira e Câmbio
Liderança e Gestão
<i>Marketing</i> Internacional
<i>Marketing</i> Político, Social e Cultural
Matemática
Metodologia do Trabalho Acadêmico
Métodos de Pesquisa
Política Externa Brasileira
Processos e Práticas em Relações Internacionais
Relações Internacionais – Introdução
Relações Internacionais Contemporâneas
Relações Internacionais Integradas

Relações Internacionais Interdisciplinares
Relações Internacionais na América Latina
Responsabilidade Social
Teoria das Relações Internacionais
Teoria Política
Tópicos de Atuação Profissional
Trabalho de Curso – Projeto de Monografia
Trabalho de Curso – Relatório de Monografia

Criado em 2003, o curso de Relações Internacionais oferecido pela Universidade Paulista (Unip) procura formar intérpretes das tendências e conflitos ligados às Relações Internacionais, capacitando-os a prever os efeitos das mudanças econômicas, políticas e sociais no âmbito mundial. A matriz curricular desperta o senso crítico para a análise das relações internacionais e contribui para a formação de internacionalistas com capacidade técnica para estabelecer relações, contatos entre diversos agentes sociais, tais como: câmaras de comércio, embaixadas, associações, organismos internacionais, empresas e órgãos governamentais. Nesse sentido, o primordial objetivo do curso é formar profissionais multidisciplinares, com profundo conhecimento do ambiente internacional, dotados de espírito eclético e empreendedor.

## **2.8 As perspectivas do ensino das Relações Internacionais: cenários e desafios**

Com a abertura do mercado brasileiro e a liberalização econômica, o Brasil iniciou a década de 1990 almejando projeção externa, participação nas discussões internacionais e ampliação da aliança com as nações emergentes na política Sul-Sul. Com os esforços na projeção regional por meio do Mercosul e de acordos econômicos bilaterais com os países asiáticos e europeus, o Brasil presenciou um crescimento exponencial de publicações acadêmicas na área de Relações Internacionais.

A criação de centros de estudos e a inclusão de cursos de Relações Internacionais em faculdades particulares e públicas colaborou para essa expansão correspondente à demanda do mercado atual.

Esses fatores, “externos” ao próprio desenvolvimento da disciplina no Brasil, estimularam bastante a pesquisa e o estudo da problemática correlata, sobretudo nos cursos de Direito, de Economia e de Ciência Política – com o oferecimento da subárea integracionista em muitas faculdades dos estados meridionais – mas também na história, com o surgimento de uma perspectiva propriamente (sub)

regional nos trabalhos sobre relações diplomáticas e relações econômicas internacionais (ALMEIDA, 2006, p. 98-99).

Após 1990, nota-se o aumento gradual dos cursos de graduação em Relações Internacionais e de pós-graduações *lato* e *stricto sensu*. Hoje, estas abrangem diversos temas, com ênfase no comércio internacional, na globalização (em todas as esferas), nos processos de integração e fragmentação, no Mercosul e no regionalismo, no sistema de resoluções de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas negociações com a União Europeia (UE). Assim, o estudo das Relações Internacionais inicia um processo de expansão no Brasil como ocorre às demais áreas relacionadas durante um período em que o mercado exige cada vez mais dinamicidade e conhecimento dos profissionais.

O aumento do volume de publicações em Relações Internacionais nos últimos dez anos representou a saída da ambiguidade nas abordagens, normalmente de cunho histórico, para uma produção de perspectivas e projeções que não envolvem uma abordagem totalmente histórica e sim a análise do contexto atual. Esse amadurecimento do estudo deve-se, contudo, à criação de centros de pesquisa, ao suporte governamental e não governamental – por parte também do setor empresarial – e à criação do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em 1998, por iniciativa do chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Traçar um perfil exaustivo da produção intelectual e dos estudos acadêmicos das Relações Internacionais no Brasil constitui tarefa quase impossível, dada a amplitude que elas atingiram nos últimos anos. Da mesma forma, essa produção e esses estudos encontram-se disseminados por várias áreas do conhecimento e apenas recentemente há uma tendência em concentrar-se no campo específico das Relações Internacionais [...] (CERVO; SARAIVA, 2005, p. 17).

O Cebri tem como interesse fundamental publicar e debater temas relativos ao futuro do Mercosul, às perspectivas e impactos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), à integração da América do Sul e aos assuntos relativos à OMC e à regulação do comércio internacional. Ao atuar como um dos maiores *think tank*<sup>48</sup> da América Latina, o Cebri é composto por acadêmicos e analistas que produzem não só na área de política internacional, mas também colaboram na formulação de propostas de políticas públicas (MIYAMOTO, 2003).

---

<sup>48</sup> É a definição dada para as “usinas de ideias” ou centros de produção e difusão de conhecimento científico, que fazem pesquisas e análises do sistema internacional, da conjuntura global e da política externa e interna da nação.

Apesar de o Cebri ser referência em termos de produção de conhecimento na área de Relações Internacionais, deve-se ressaltar o papel dos departamentos criados para tratar de assuntos internacionais, como as federações e confederações de comércio e indústria – como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) – e os esforços das secretarias municipais e estaduais.

No estado de São Paulo, principalmente na região de Campinas, cresce a divulgação de eventos que abordam os temas de desenvolvimento sustentável, globalização, inserção internacional e incentivo às empresas nacionais, os quais são promovidos pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais de Campinas em parceria com a Fiesp.

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri), criado em 1997, colabora igualmente para fortalecer as relações econômicas brasileiras e nortear os investidores no mercado de capitais. Além de priorizar as parcerias com entidades do mercado nacional e internacional, o Ibri procura promover debates e discussões sobre técnicas junto aos órgãos oficiais associados, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) (IBRI, 2011).

Esses projetos e estímulos na área são reflexos do aumento da interdependência econômica brasileira e do intercâmbio de informações no plano internacional, o que permite que as alterações dinâmicas ocorram de forma acelerada e exijam cada vez mais um posicionamento e um conhecimento abrangente dos profissionais da área de RI. Isso pode ser notado por meio das produções e publicações de periódicos especificamente direcionados às Relações Internacionais e a temas relevantes, como a *Revista Brasileira de Política Internacional* e a *Revista de Negócios Internacionais*, entre outras publicações incentivadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Universidade de Brasília (UnB) (MIYAMOTO, 2003).

Das publicações diplomáticas, deve-se ressaltar a importância de autores brasileiros clássicos e precursores dessa abordagem temática, como Pandiá Calogeras, em *A política exterior do Império*, e Hélio Vianna, em *História da Diplomática do Brasil*. No decorrer dos anos 1950, numa segunda fase do pensamento político brasileiro, destacam-se as obras de José Honório Rodrigues (*Brasil e África e Interesse Nacional e política externa*), e de Moniz Bandeira, (*Presença dos Estados Unidos no Brasil*) (CERVO; SARAIVA, 2005).

No período de transição entre a década de 1980 e 1990 até a atualidade, é importante observar as publicações colaborativas de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em

*História da Política Exterior do Brasil*, e as respectivas publicações individuais de Bueno, como *A Política Externa da Primeira República*, e de Cervo, como *O Desafio Internacional do Brasil*. Dentre outros autores, destacam-se também Gerson Moura (nas relações entre Estados Unidos e América Latina), José Luís Werneck da Silva (com *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico*) e Ricardo Seintenfus (com *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação de blocos*). Devem-se destacar também os diplomatas-acadêmicos, como Celso Lafer, Paulo Roberto Almeida e José Augusto Guilhon, importantíssimos na edição em quatro volumes de *Sessenta anos de Política Externa Brasileira* (CERVO; SARAIVA, 2005).

Ainda merece destaque a ativa participação do Instituto Rio Branco e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri) na organização de seminários e pesquisas, o que contribuiu para uma acelerada expansão.

Assim, como visto, o estudo das Relações Internacionais no Brasil pode ser determinado num fenômeno decorrente de diversos períodos históricos – interna e externamente – que constituíram desde crises inflacionárias, protecionismo exacerbado e necessidade de reestruturação da política externa até ações diplomáticas regionais, multilaterais e bilaterais.

Portanto, o internacionalista é um profissional que tem como ofício e dever a obtenção de conhecimento e o domínio das ferramentas necessárias para traçar cenários, fazer projeções, analisar políticas de inserção internacional, desenvolver estudos geopolíticos, atuar na diplomacia e usar da ciência política e dos fatos/recortes históricos para criar cenários internacionais. Com a nova alteração no paradigma das Relações Internacionais entre os Estados e as questões de fragmentação, regionalização e desenvolvimento sustentável, as produções e pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico tendem a manter um crescimento exponencial.

## **2.9 O profissional e o mercado**

Como já abordado neste trabalho, as áreas de interesses de estudo do internacionalista vão desde a Ciência Política e Social até as áreas de Economia e Direito, que possuem atualmente cada vez mais aderência e relevância no cenário internacional. Além disso, destaca-se especificamente como estímulo a colaboração da economia política internacional, da política internacional, dos negócios internacionais, do estudo das empresas transnacionais e da crescente influência e poder perante os Estados nacionais.

Áreas que também se tornam hoje uma opção e despertam o interesse dos recém-formados em Relações Internacionais são a de jornalismo, a de comércio exterior e a de economia. Elas representam total complementaridade entre si. Para atuar no meio jornalístico internacional, faz-se necessário ter conhecimento da conjuntura global, fazer análises e sínteses e saber outros idiomas para eventuais traduções e interpretações.

O comércio exterior e a economia são alternativas viáveis para complementarem a graduação em Relações Internacionais. Os cursos já contém em sua grade matérias relacionadas à negociação, economia internacional, economia brasileira, técnicas de negociação e gestão e até mesmo disciplinas voltadas à sistemática do comércio exterior. As eliminações das matérias já cursadas em Relações Internacionais facilitam uma graduação dupla em um curto período e a especialização em áreas complementares.

A área acadêmica e de pesquisa é uma opção que enriquece e auxilia no amadurecimento do conhecimento e também contribui nas publicações e no intercâmbio de teorias, pensamentos e críticas dos temas atuais. Atualmente, os núcleos de estudos incentivam os profissionais a atuar na pesquisa, como é o caso da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de Campinas (Unicamp), que oferecem oportunidades de mestrado e doutorado com ênfase em estudos estratégicos, Relações Internacionais, negociação internacional e ciências políticas/sociais.

A visão do egresso perante as possibilidades que as instituições de ensino e pesquisa oferecem auxiliam na preparação para o mercado de trabalho e tornam o perfil do profissional completo para que ele consiga sua inserção com sucesso.

## **2.10 O perfil do profissional egresso**

O profissional de Relações Internacionais tem que apresentar características essenciais para suprir a necessidade de uma empresa ou de uma organização internacional/nacional/governamental na qual pretenda atuar. Tais aptidões devem estar relacionadas aos conhecimentos gerais de política, diplomacia e economia, ao entendimento dos processos socioeconômicos e à interação entre essas áreas no contexto global e regional.

Para a área empresarial, o internacionalista deve buscar aprimorar o conhecimento adquirido em política externa e internacional, em direito e, principalmente, em economia e negócios internacionais. Um *master of business administration* (MBA) não é hoje uma

necessidade, mas é um diferencial se o indivíduo pretende seguir carreira em empresas multinacionais e ampliar suas possibilidades no mercado de trabalho.

O perfil do profissional está traçado desde sua formação interdisciplinar e conhecimento abrangente de áreas interrelacionadas até o domínio de idiomas como inglês, espanhol e francês. A esfera diplomática, especialmente, requer maior dedicação e interação com as questões políticas, macroeconômicas, sociais, de política externa e a de projeção e criação de cenários internacionais. O internacionalista deve atuar como mediador e negociador tanto no campo empresarial quanto público e desempenhar um papel fundamental no intercâmbio de informações, na análise de oportunidades e riscos e na elaboração de políticas.

Exigidas em detrimento da dinamicidade do comércio internacional e nacional, essas qualificações auxiliam no encurtamento de barreiras e na promoção de ações políticas, sociais e econômicas que incentivam as organizações e as empresas.

O profissional do curso de Relações Internacionais é formado para lidar com a realidade mundial e atender à demanda social crescente. Com isso, torna-se um hábil agente para tratar com questões de caráter internacional, devendo encontrar mecanismos pacíficos e objetivando encurtar barreiras que separam diferentes povos e línguas, estimulando ações que gerem uma cultura de paz (MIAN; PRADO, 2004, p. 2).

Um dos diferenciais do profissional de Relações Internacionais é a erudição, ou seja, a disseminação do conhecimento e a interdisciplinaridade aplicada nos cursos permitem que o profissional obtenha uma vasto leque de informações, cabendo somente a ele decidir qual área especificamente pretende seguir. Assim, o bacharel em Relações Internacionais não consegue explicar todos os fatos do panorama mundial, mas, de maneira individual, foca num campo e promove uma análise específica a partir desse ponto de vista.

Nesse aspecto, o mercado de trabalho atual para o profissional recém-formado torna a inserção na área empresarial mais simples em virtude da crescente demanda por mão de obra especializada, enquanto os estudantes que almejam a carreira diplomática se veem numa difícil situação e limitação. Na diplomacia, as barreiras residem nos escassos estímulos reais que o governo e as instituições oferecem. O campo de trabalho, majoritariamente, se volta ao Itamaraty e ao Instituto Rio Branco.

Constata-se, portanto, que, de fato, existem diversas possibilidades para o profissional, mas, por Relações Internacionais ser um curso relativamente novo, parte dos egressos perde vagas para pessoas formadas em outras áreas e têm que atuar em outras

instituições e em campos paralelos. O paradigma das Relações Internacionais contemporâneas demonstra que a visão do internacionalista está ganhando notoriedade e, nos próximos anos, a demanda aumentará e as oportunidades estarão ao alcance daqueles que estiverem preparados para os desafios. Assim,

Nós estamos de fato sendo chamados para construir nossas utopias, não meramente para sonhar com elas. Algo será construído. Se não participarmos na construção, outros determinarão por nós (WALLERSTEIN, 1996, p.106).

Logo, as exigências feitas ao profissional de Relações Internacionais são tão variadas quanto as possibilidades diversificadas de emprego disponíveis em um Brasil inserido nos contextos da globalização comercial, produtiva, financeira e tecnológica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo uma disciplina praticada, teoricamente, desde o século XVII por meio da diplomacia e da política entre as nações, o ensino das Relações Internacionais ganhou importância a partir do século XX e, principalmente, do século XXI. Ainda que a globalização seja, em termos, de caráter excludente no que se refere às nações em desenvolvimento, ela colabora para o processo de criação e contribuição do pensamento político, diplomático, econômico e social e provoca a necessidade de entedimento dessas transformações.

Nesse cenário de mudanças, o desenvolvimento de uma estratégia regional, advinda do período entre-guerras e da afirmação e inserção brasileira no contexto internacional e na globalização (ainda que tenha sido um processo tardio), refletiu internamente numa busca por compreender o que são as Relações Internacionais e qual sua aplicação e utilidade para a sociedade brasileira.

A contribuição de centros de pesquisas no decorrer dos últimos anos colaborou para o desenvolvimento do tema e disseminação dos conceitos e da profissão do internacionalista. Mesmo com toda a evolução tanto nas publicações como no campo de pesquisa, ainda falta a criação de mais cursos de Relações Internacionais e interesse por parte das instituições em conhecer o que esse campo de estudo tem a oferecer. Contudo, não se torna uma missão fácil programar e coordenar um curso dessa magnitude – assim como também não são de fácil formulação os cursos de Direito, Economia, entre outros, visto que a dimensão interdisciplinar muitas vezes se torna um empecilho na criação da matriz curricular.

O surgimento de dezenas de cursos de RI nos últimos anos – atualmente em torno de 60, autorizados pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação – é um claro indicador de que há uma procura bastante acentuada, anteriormente reprimida, por carreiras como essa em todo o país. As explicações para o aumento de interesse na área de RI podem ser creditadas à importância que o mundo globalizado, a formação dos megablocos e a informação instantânea, por meio da televisão aberta e a cabo, ou via internet, têm exercido sobre todos, rompendo distâncias e fronteiras, ligando países e continentes, com velocidades cada vez maiores, mostrando que os mesmos estão separados por apenas poucas horas de voo, e que fazemos parte de um mundo muito pequeno (MIYAMOTO, 2003 p. 104).

A colocação feita pelo professor Myamoto pode ser vista nas bibliografias e publicações do Brasil nas últimas décadas, sendo que o interesse e abordagem dos principais autores da área estão focados em política externa e na inter-relação entre as nações.

A reafirmação do Brasil como potência da América do Sul e subpotência mundial junto às nações emergentes contribui para o intercâmbio de informações, de ciência e de tecnologia, o que conseqüentemente impacta nas Relações Internacionais.

As perspectivas otimistas dos estudiosos, como o embaixador Paulo Roberto Almeida, mostram que a interdependência contínua e a regionalização/fragmentação do mundo estão presentes nesse novo paradigma das Relações Internacionais e irão compor cada vez mais as agendas globais, principalmente do Brasil. Assim, será preciso uma formação acadêmica completa e o interesse pelos fatos históricos e atuais por parte dos estudantes, para que consigam exercer sua profissão à frente de órgãos governamentais, não governamentais e/ou de empresas privadas.

O analista de Relações Internacionais significa hoje para as empresas e para outros atores uma ferramenta valiosa de negociação, projeção e encurtamento de distâncias entre as nações facilitando o intercâmbio direto. Desse modo, o campo abrange desde profissionais com bidiplomação em Relações Internacionais, Economia, Direito ou Comércio Exterior até os que estudam um determinado tema, como Ciência Política e Social, e produzem e contribuem na análise e criação de cenários globais e novos pontos de vista.

O estudo das Relações Internacionais potencializa o conhecimento, mas é preciso ter a imaginação e as motivações corretas para enfrentar a crescente interdependência mundial.

Não posso ensinar a qualquer outra sociedade ou cultura o que dizer a seus filhos, mas posso dizer o que ensino aos meus: o mundo está mais perto de nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. Macro e microeconomia da diplomacia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Paraná, ano 1, n. 8, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/839MacroMicroEcon1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

ALMEIDA, P. R. **O estudo das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: LGE, 2006.

ALMEIDA, P. R. **Os primeiros anos do século XXI**: O Brasil e as relações Internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, A. F. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BARBOSA, F. V.; COSTA, D. M.; GOTO, M. M. M. O Novo Fenômeno da Expansão da Educação Superior no Brasil. **Reuna**, Belo Horizonte-MG, v. 16, n. 1, 2011.

BARNABE, G. R. Hugo Grotius e as Relações Internacionais: entre o direito e a guerra. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, 15. ed., 2009, pp. 27-47. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp15/barnabe.pdf>> Acesso em: 20 out. 2011.

BOAS, S. V. **Ensino superior particular**: um voo histórico. São Paulo: Segmento, 2004.

BOOKMILER, K. N. **The United Nations**. Nova York: Chelsea House, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota nº 39**: Presidência do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas. 1 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 19 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados. **e-MEC**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <[www.educacaosuperior.inep.gov.br](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br)>. Acesso em: 21 fev. 2012.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: UnB, 2008.

CERVO, A. L.; SARAIVA, J. S. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

CINTRA, R. **O profissional de Relações Internacionais – uma interface com o mundo**: o analista de Relações Internacionais. Disponível em: <[http://cursos.aduaneiras.com.br/treinamento/estudecomex\\_2004/site\\_estudecomex/profissional\\_ri.htm](http://cursos.aduaneiras.com.br/treinamento/estudecomex_2004/site_estudecomex/profissional_ri.htm)>. Acesso em: 25 out. 2011.

CONSELHO, D. E. A. B.; BESSA, P. P. Ensino Superior Particular no Brasil: histórico e desafios. **Revista Acadêmica Senac**, Belo Horizonte-MG, v. 3, ago. 2007. Disponível em: <<http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/eoqcsmybxfmyfq5kq3bpqd7pplftb76aww24x4griymjsunbt6goq5w3qdubmetjzpswcfba5o72d/deise.PDF>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

CORRÊA, L. F. S. (org.) **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FONSECA JÚNIOR, G.; NABUCO, S. (orgs.) **Temas de Política Externa Brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRANÇA, F. Com abstenções no Conselho de Segurança, Brasil tenta agradar a todos. **Deutsche Welle**, 11 out. 2011. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,15453358,00.html>>. Acesso em: 19 out. 2011.

GUIDO, F. S. S. A diplomacia e suas formas. *In*: MATHIAS, M.; RODRIGUES, T. (orgs.) **Política e conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, pp. 14-39.

HAESBERT, R.; ESTER, L. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, Rio de Janeiro, n. 2 (4), v. 1, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_2\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf)> Acesso em: 21 out. 2011.

HAESBERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBRI. **Perfil**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibri.org.br/sobre/perfil.asp>> Acesso em: 21 out. 2011.

LIMA, M. R. S. A Política Externa Brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, jan./jun. 2005, pp. 24-59. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2011.

LOUREIRO, M. A. S. **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa, 1986.

LUCK, E. **United Nations Security Council: practice and promise**. Nova York: Routledge, 2006.

MAGNOLI, D. **Globalização: Estado Nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 1997.

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Difel, 2002.

MEC. **Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais**. 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>> Acesso em: 27 Out. 2011.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração regional**: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MIAN, M.; PRADO, P. **O profissional da área internacional e o mercado de trabalho**: novas perspectivas para o profissional de Relações Internacionais. São Paulo: Faculdades Integradas Rio Branco, 2004.

MINGST, K. A. **Princípios de Relações Internacionais**. Trad. Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MIYAMOTO, S. O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista Sociologia Política**, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003, pp. 103-114. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2011.

OLIVEIRA, H. A.; LESSA A. C. **Política internacional contemporânea**: o mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 1945.

PUC GOIÁS. **O curso de Relações Internacionais**. 2011. Disponível em: <[http://www.ucg.br/ucg/prograd/graduacao/home/secao.asp?id\\_secao=5052&id\\_unidade=55](http://www.ucg.br/ucg/prograd/graduacao/home/secao.asp?id_secao=5052&id_unidade=55)>. Acesso em: 22 out. 2011.

PUC RIO. **Metodologia**. Rio de Janeiro: PUC, 2010. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0712963\\_09\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0712963_09_cap_03.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2012.

SARDENBERG, R. **Curso de introdução às Relações Internacionais**: o meio internacional. 2. ed. Brasília: UnB, 1982.

SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHMIDT, H. O mundo: configurações flutuantes. *In*: VELLOSO, J. P. R.; MARTINS, L. (orgs.) **A nova ordem mundial em questão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SÉECA, R. X.; LEAL, R. M. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil**. v. 30. Brasília: BNDES Setorial, 2009.

SOARES, G. F. S. **Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais**: formas da diplomacia e as imunidades. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

UNIC. **Siglas da ONU, seus Fundos, Agências Especializadas e Programas.** 2011. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/siglas-da-onu-seus-fundos-agencias-especializadas-e-programas/>>. Acesso em: 16 out. 2011.

VIZENTINI, P. F. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1999, pp. 134-154.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Inter-state Structure of the Modern World System.** In: SMITH Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKY, Marysia (ed.). *International Theory: Positivism and Beyond.* Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1996.